como factor dominante.» O que tem implicações da mais variada ordem em todos os planos: político, ideológico, económico, etc. É efectivamente uma inversão de prioridades relativamente ao «modelo» soviético de «transição para o socialismo». Esta nova estratégia não corta com a experiência das comunas populares nem com a fórmula (levada ao extremo) da descentralização industrial que lhes estava subjacente. Pelo contrário, dá-lhes sequência, corrigidos os erros cometidos — de que o mais explorado pelos adversários da revolução chinesa foi, sem dúvida, o dos «altos-fornos de aldeia» ou do «aço caseiro». Hughes e Luard (*op. cit.*, p. 95), que de nenhum modo podem ser considerados apologistas acríticos da experiência chinesa, escrevem, a propósito do início dessa nova fase: «Toda a filosofia dos chefes nessa época se resumia no *slogan* "andar sobre as duas pernas". Isto significava que era necessário fazer incidir os esforços sobre o desenvolvimento simultâneo: *a*) não só dos métodos industriais mais modernos praticados no Ocidente, mas também de numerosas técnicas chinesas tradicionais que poderiam ser exploradas com muito menor custo até à instalação dum equipamento moderno (isto incluía, por exemplo, fazer ressuscitar os medicamentos tipicamente chineses, as plantas medicinais, a acupunctura, o que permite utilizar pessoas já experimentadas nessas técnicas, enquanto outras se instruiriam nos métodos médicos ocidentais; *b*) não só da indústria pesada, mas também da indústria ligeira e da agricultura; *c*) não só das enormes empresas industriais exploradas pelo Estado, mas também das pequenas fábricas dispersas exploradas pelas autoridades locais e pelas comunas.» O conceito de descentralização do desenvolvimento, o apelo à inventiva das massas (na utilização e adaptação de técnicas tradicionais, mas também no sentido literal de invenção de novas técnicas de produção), a educação permanente (técnica, mas, sobretudo, ideológica) são outros tantos factores de progressiva democratização. O desenvolvimento de relações de produção socialistas terá de resultar *simultaneamente* do crescimento das forças produtivas (base material)

e da crescente participação das massas em todo o processo revolucionário (base ideológica). A descentralização, o acento na agricultura, tem como consequência reequilibrar estes dois elementos fundamentais da construção do socialismo: o ritmo do crescimento económico é afrouxado, a mobilização das massas é acelerada. Com efeito, é muito mais fácil mobilizar as massas em torno de um trabalho político e económico localizado, dentro de uma dimensão físico-geográfica «acessível» e com larga margem de autonomia — ainda que integrando-se num todo articulado e controlado —, do que mobilizá-las para acções concebidas e dirigidas pelos órgãos centrais a centenas ou milhares de quilómetros de distância: mobilizá-las a partir do concreto, e não do abstracto.

Isto insere-se no conceito de «centralismo democrático» alargado a todos os trabalhadores e não apenas (como geralmente é entendido, e como foi, de facto, lançado e aplicado por Lenine) no interior do partido. «Em 1957, eu disse: "temos de criar um clima político que compreenda ao mesmo tempo centralismo e democracia, disciplina e liberdade, unidade de objectivos e descontracção de espírito para os indivíduos, que seja vivo e vigoroso". Devemos ter esse clima dentro e fora do partido. Sem esse clima político, o entusiasmo das massas não pode ser mobilizado. Não podemos vencer as dificuldades sem democracia.» «Se não há democracia, as ideias não virão das massas, será impossível estabelecer uma linha correcta, métodos e políticas específicas correctas» (Mao, discurso de Janeiro de 62, citado na p. 68). É claro que não pode entender-se *democracia* no sentido corrente nas chamadas democracias ocidentais, mas no sentido socialista de participação directa nas questões que dizem respeito a cada um e à «construção colectiva» de um novo modo de vida. Também não convém tomar aquelas palavras de Mao como tratando-se de um objectivo imediato: elas inserem-se na permanente pedagogia maoísta das contradições. Mao aprofunda e dá um conteúdo eminentemente prático à dialéctica marxista, partindo da premissa básica que exprime, no seu clás-

«A contradição é universal, absoluta; ela existe em todos os processos de desenvolvimento das coisas e dos fenómenos e penetra cada processo, do início ao fim» (*QE*, p. 38). Em 56 vemo-lo enunciar e discutir as «dez grandes relações ou contradições» sobre as quais assenta a dinâmica da nova sociedade chinesa: *1*) entre indústria e agricultura, e entre indústria pesada e indústria ligeira; *2*) entre indústria nas regiões costeiras e indústrias no interior; *3*) entre construção económica e esforço de defesa; *4*) entre o Estado, as unidades produtivas e os produtores individuais; *5*) entre o Centro [os órgãos centrais de decisão em Pequim] e as regiões; *6*) entre a nacionalidade Han e as minorias nacionais; *7*) entre partido e não partido; *8*) entre revolucionário e contra-revolucionário; *9*) entre o certo e o errado; *10*) entre a China e os outros países. Entre cada um dos dois termos de cada uma destas contradições [42] manifestam-se constantes tensões e desequilíbrios: o caminho para o socialismo é, de certo modo, a *síntese* das soluções (ou superações) sucessivas que vão sendo encon-

---

[42] Noutros textos, anteriores e posteriores, Mao dá exemplos de muitas outras contradições, igualmente importantes, mas em muitos casos autênticas «condensações» de algumas destas, ou também contradições situadas a outros níveis.

Alguns exemplos. «No momento actual [1960] o trabalho manual tem ainda na China um lugar extremamente importante. Ele está em desequilíbrio com o desenvolvimento da produção e o aumento da produtividade. Eis porque é absolutamente necessário desencadear uma grande revolução tecnológica e resolver o problema levantado por este desequilíbrio» (*MC*, p. 121). «As contradições entre a produção e as necessidades da sociedade, que continuarão a existir ainda durante um período prolongado como uma realidade objectiva, exigem uma regulação por planos de Estado, segundo um processo constante de reajustamento. No nosso país, todos os anos se elabora um plano económico a fim de estabelecer uma proporção apropriada entre a acumulação e o consumo, e de chegar a um equilíbrio entre a produção e as necessidades da sociedade. Este equilíbrio não é mais do que uma unidade passageira e relativa dos contrários. Passa um ano, esse equilíbrio, considerado globalmente, é de novo rompido pela luta dos contrários; a unidade modifica-se, o equilíbrio transforma-se em desequilíbrio, a unidade deixa de ser unidade, há que estabelecer de novo o equilíbrio e a unidade para o ano seguinte» (*QE*, p. 105). Assinale-se que estas, como as acima indicadas, são, na sua generalidade, aquilo que Mao designa por «contradições não antagónicas», sabido que «antagónicas» são as que opõem burguesia e proletariado, capitalismo e socialismo, etc. Em princípio, só as *8*) e *10*) (esta parcialmente) apresentarão um carácter antagónico, embora todas as outras sejam *atravessadas* pela luta de classes.

tradas para estas contradições (que tendem de novo a reproduzir-se a níveis cada vez mais elevados), processo complexo, já que existem, também, evidentes interacções entre todas elas. É, em qualquer caso, o processo de desenvolvimento da luta de classes que dará a «chave» para a gradual superação dos desequilíbrios entre os termos das contradições e entre elas próprias. E, a certo momento, dá-se uma acumulação de desequilíbrios não superados (ou mal resolvidos), e é às massas que cabe dar o impulso para um novo equilíbrio *global*, para a criação de novas condições de superação das contradições. Foi o que sucedeu com a Revolução Cultural de 66-68, que, no essencial, foi um ataque intensivo ao economicismo, ao autoritarismo (sectarismo), às «ideias petrificadas». «Um desenvolvimento nunca é linear; faz-se por vagas ou em espiral» (Mao). Deu-se um novo avanço no sentido da participação, da democratização, da politização: a política no posto de comando. Bettelheim concretiza: «A Carta de Anchan [de Março de 1960], carta de uma gestão socialista das empresas, enuncia, em particular, o princípio de se dar à política o posto de comando, e o da participação dos operários na gestão e dos quadros no trabalho manual, princípios retomados e postos em prática pelas massas desde o início da Revolução Cultural. Esta prática opõe-se às práticas de gestão que predominavam em 1960 e que continuaram a predominar até à revolução cultural proletária. Ela representa o ponto de partida duma nova prática social. No entanto, enquanto as massas não se tinham posto em movimento em grande escala, e enquanto não se tinham, elas próprias, apropriado de todos estes problemas, o antigo estado de coisas persistia» (*RC*, p. 80).

Não pretendemos fazer aqui, em poucas páginas, uma exposição das concepções e prática chinesas de transição para o socialismo. O nosso objectivo era apenas, a partir de certas linhas de força detectáveis nesse processo, alimentar com novas contribuições este breve estudo sobre a *concepção* do objectivo a atingir: o socialismo. Julgamos que a experiência chi-

nesa é extremamente rica, sob esse aspecto, quanto mais não fosse porque nos denuncia a vaidade de pretender fazer assentar a «construção do socialismo» apenas (ou principalmente) em alterações quantitativas (tomar o poder e acumular forças produtivas: ver pp. 33 e seg.) [43]. Mas, sobretudo, porque nos põe em evidência uma contradição importante, presente em todo o processo revolucionário: a que se verifica entre a *imaginação* e os *modelos*.

O acto revolucionário é o acto criador por excelência. Não pode ser a imitação, ou mesmo a simples adaptação de precedentes históricos. As leis marxistas do desenvolvimento histórico são, obviamente, leis tendenciais. E como poderiam não o ser, se as próprias leis das ciências exactas vão revelando a sua precaridade à medida que se aprofundam os conhecimentos humanos? Sendo assim, elas fornecem um «quadro de acção», no qual se insere e é determinante a acção dos homens. Já vimos, exemplo esclarecedor, como Lenine teve o génio de descobrir nas condições específicas da Rússia semifeudal desagregada pela guerra a possibilidade e a *necessidade* de «saltar» para a revolução socialista, substituindo a etapa do capitalismo desenvolvido até ao limite das suas contradições por um «capitalismo de Estado» que já não o era, de facto, pois a sua instauração era dirigida pela «ditadura revolucionária dos operários e camponeses». De acordo com

---

[43] Ao criticar a utilização, no *Manual de Economia Política da U. R. S. S.*, da expressão «consolidar definitivamente», Mao observa: «A consolidação de qualquer coisa só pode ser relativa. Como poderia a consolidação ser definitiva?» «É possível que, numa sociedade socialista, categorias económicas como a distribuição segundo o trabalho, a produção mercantil, a lei do valor, etc., sejam eternas? É concebível que elas nasçam e se desenvolvam, mas que não morram, que não se transformem? É possível que todas estas categorias não sejam categorias históricas como todas as outras? A passagem do socialismo ao comunismo é inevitável. Neste processo, é natural que certas coisas que pertenciam ao período socialista morram. Mesmo na época do comunismo, as coisas desenvolver-se-ão sem cessar. Pode mesmo ser que o comunismo passe por muitas etapas diferentes. Poder-se-á dizer que não haverá mais mudanças uma vez realizada a sociedade comunista, que tudo estará "consolidado definitivamente" e que só haverá mudanças quantitativas mas não mudanças qualitativas parciais ininterruptas?» (*MC*, p. 91).

a expressão acima citada de Mao, Lenine «fez funcionar o cérebro» e *criou*, a partir de uma percepção profunda da luta de classes naquele período, uma situação *não prevista* naquele quadro de acção fornecido pelas leis marxistas, mas inserindo-se indiscutivelmente na *tendência* que elas enunciam. Todas as verdadeiras revoluções deste século encontraram homens capazes de ultrapassar os «modelos», ou receitas, que lhes eram fornecidos por experiências de outros países. Em Agosto de 66, ao Congresso da Confederação dos Trabalhadores Cubanos, Fidel dizia: «Os problemas políticos não são simples. É por isso que é necessário que as massas tenham uma profunda consciência política e nós queremos que a consciência das nossas massas não seja uma consciência feita de *clichés*, uma consciência de manuais, porque os manuais são ainda uma coisa que tem feito um mal terrível às ideias revolucionárias.» «Como se constrói o socialismo? E como se edifica o comunismo? É precisamente sobre este ponto que existe uma grande variedade de *nuances* no pensamento revolucionário, uma grande quantidade de correntes no movimento revolucionário. Nós respeitamos a maneira de pensar dos outros: que cada um edifique o seu socialismo ou o seu comunismo como bem lhe pareça. Mas, por favor, que se respeite também o nosso direito de edificar o nosso socialismo, e o nosso comunismo como bem nos pareça. Bem entendido, não estou a acusar ninguém de nos querer impor uma via. Refiro-me sobretudo aos homens servis que não têm qualquer fé na capacidade do seu povo para seguir uma via [própria].» Poderá chocar, nesta passagem, a utilização de expressões como «o nosso socialismo» e o «nosso comunismo», ou mesmo a ideia de que cada um poderá construir o «seu comunismo como bem lhe pareça». Não abrirá isto a via para que cada um *chame* socialismo ou comunismo àquilo que bem entenda, em nome da *originalidade* das condições nacionais? Discutiremos adiante com mais cuidado a questão das «vias originais para o socialismo», pelo que não vamos nela deter-nos por agora. O texto citado de Fidel, quando inserido no longo discurso de que foi

extraído e, *sobretudo*, no processo concreto do desenvolvimento da Revolução Cubana, não pode deixar margem a dúvidas: é contra os modelos preestabelecidos, contra as «receitas para construir o socialismo» que Fidel se levanta. A experiência cubana é, aliás, nesse sentido, exemplar. Com efeito, pelas condições conhecidas, não foi possível a Cuba efectuar a sua «revolucionarização» interna em situação de quase isolamento como na China: a sua total dependência (herdada da dominação imperialista) de um único produto — o açúcar —, o boicote económico a que foi submetida por parte dos Estados Unidos, as tentativas militares lançadas e apoiadas pelos Estados Unidos para destruir o regime popular, etc., etc., obrigaram os Cubanos a colocar-se na «órbita» do sistema soviético. Daí que, ao longo dos últimos doze anos, se tenha mantido uma confrontação permanente, *dentro* do próprio processo revolucionário, entre aqueles que se apoiam no «realismo», no «saber de experiência feito», dos conselheiros soviéticos, e os que, na esteira de Guevara, põem o acento na «construção simultânea» do socialismo e do comunismo, consideram *decisiva* uma crescente participação das massas, apostam na interacção *necessária* entre a construção da base material do socialismo (o económico) e a «construção» do Homem Novo, da base ideológica e moral do socialismo (o ideológico, o político). Quando motivadas politicamente, as massas trabalhadoras contêm em si um potencial inesgotável de criatividade, de «imaginação posta em acto», de solução de problemas concretos que, naturalmente, rejeitam os critérios de «racionalidade» e de «lógica» inerentes ao mundo da «lei do valor». Sob risco de parecer provocatório, diríamos que foi sempre contra a lei do valor, contra a «economia de produção baseada em critérios de rendibilidade e de competitividade concorrencial» que se mobilizaram as massas: uma economia de guerra, de agressão (interna e externa), de «prestígio nacional», como foi exemplo-limite a Alemanha hitleriana, ao produzir justamente «bens» que se destinam a ser destruídos (armas, munições, etc.) ou a desempenhar a sua função de «prestígio»

(obras de fachada: estádios, monumentos, auto-estradas, etc.), e não a ser *trocadas* num mercado, consegue mobilizar as massas em nome de uma *necessidade*, evidentemente mistificada. A mistificação é, aliás, de tal monta, que, por via da acção dirigista e «planificadora» de um Estado totalitário, essa distorção à lei do valor proporciona aos grandes potentados capitalistas lucros verdadeiramente fabulosos. Quando Lenine admirava a utilização de tais princípios pelo «capitalismo de guerra» alemão durante a Primeira Guerra Mundial, estava longe de imaginar a que ponto iria, vinte anos depois, a Alemanha nazi.

É neste sentido que, numa perspectiva antitética, a libertação da energia e da imaginação das massas dentro de uma motivação ideológica de «utilidade colectiva», de construção do socialismo e dos seus *valores* não mercantis, constitui um elemento fundamental de um processo que, de outro modo, corre o risco de, face às dificuldades imensas com que se depara o poder revolucionário, ir buscar a modelos importados as regras a seguir. O exemplo-limite de tal situação não poderia deixar de ser a antítese rigorosa da «máquina de guerra» hitleriana: essa outra «máquina de guerra revolucionária» que destruiu, trinta anos mais tarde, um potencial militar incomparavelmente superior ao nazi — o povo vietnamita. São bem conhecidos os quase inacreditáveis exemplos de «imaginação» e de acção de massas que puderam solucionar problemas aos quais a racionalidade-limite dos computadores de McNamara nunca conseguiria dar resposta. Os resultados o demonstram.

Segundo Bettelheim (1973), «o que surpreende no desenvolvimento das forças produtivas na China é que ele *deixou de estar estritamente subordinado a uma acumulação prévia*, precisamente porque repousa sobre um processo de *inovações* e de *renovações de massa*». [...] «Nas fábricas que se visita na China pode considerar-se que a produção deixou de depender estreitamente do montante dos investimentos; como Marx previu, no desenvolvimento socialista das forças produtivas

é *o trabalho vivo que é o factor directamente e imediatamente decisivo e dominante*, enquanto que o trabalho morto é apenas um factor subordinado e secundário» (*RC*, pp. 95-96). E ainda: «A política económica chinesa atribui muita importância ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. O desenvolvimento industrial chinês apoia-se largamente sobre estas empresas. Isto não deve ser considerado como uma simples necessidade económica mas também como uma *escolha política*. Uma das maiores vantagens políticas destas pequenas e médias empresas encontra-se no facto de que os grupos de gestão operária aí se desenvolvem mais facilmente que nas grandes empresas complexas, mais marcadas pelo modo de produção capitalista e pelo seu gigantismo» (*idem*, p. 50). Trata-se de «instituir unidades de produção controláveis pelos trabalhadores» (*idem*, *idem*). Mas, tão importante como isso, é a distribuição dessas indústrias: «Ao nível dos distritos, das comunas populares e das brigadas de produção, centenas e milhares de pequenas e médias empresas industriais nasceram e fornecem às aldeias energia eléctrica, ferro fundido, aço, materiais de construção, metais diversos, fios metálicos, instrumentos agrícolas, motocultivadoras, adubos, têxteis, e mesmo por vezes diversos produtos químicos e farmacêuticos, assim como produtos de consumo corrente.» [...] «O desenvolvimento destes sistemas industriais elementares representa o início da ruptura profunda na oposição secular entre o campo e a cidade» (*idem*, p. 99). «Pela primeira vez no mundo a industrialização acompanha-se de um fenómeno de desurbanização» (*idem*, p. 100).

Não pode deixar de sorrir-se ao ler, pela pena do já citado Zarodov, a propósito da China: «Houve nomeadamente o "Grande Salto" decretado em 1958 e a "Revolução Cultural" iniciada em 1966, dois acontecimentos que iriam suscitar grandes dificuldades na edificação socialista e revelar-se de pesadas consequências. Até 1963, a economia da República Popular da China enfrentou uma depressão» (*LP*, p. 367). «As dificuldades surgidas na construção socialista na China são devi-

das à recusa por parte da direcção do P. C. C. em respeitar as leis gerais do socialismo, à infracção dos princípios do internacionalismo proletário, à substituição do marxismo-leninismo pelo maoísmo» *(idem)*. Para além do facto curioso de nem se referir as enormes dificuldades causadas pela retirada dos técnicos soviéticos (em *1960*) e pelas calamidades naturais, o que interessa salientar é, por um lado, a preocupação exclusiva com a economia, com as dificuldades económicas, por outro, o evidente despeito pela «fuga ao modelo», modelo esse que muito incorrectamente Zarodov designa por «teses fundamentais do *plano leninista* das transformações socialistas» (sublinhado — J. M. P.). Guevara está bem mais próximo da realidade quando afirma: «O período de construção do socialismo (ou primeiro período da construção do comunismo) (...) desenrola-se no meio de violentas lutas de classes e os elementos do capitalismo que subsistem obscurecem a compreensão da sua verdadeira natureza. Se se junta a isto a escolástica que travou o desenvolvimento da filosofia marxista e *impediu sistematicamente o estudo deste período*, cujos fundamentos económicos não foram analisados, temos de admitir que ainda estamos no berço e que devemos empreender a determinação de todas as características primordiais deste período, antes de elaborar uma teoria económica e política de maior ambição.» «Tal teoria dará uma importância primordial aos *dois pilares da construção do socialismo*: a formação do homem novo e o desenvolvimento da técnica» (*SH*, p. 99).

Ora não serão justamente contributos decisivos para uma tal «teoria» as experiências *práticas* no sentido de uma crescente participação das massas no controlo, na gestão, no desenvolvimento de técnicas novas (não capitalistas), a tendência para uma efectiva atenuação das contradições cidade-campo e trabalho manual-trabalho intelectual, o combate à generalização (ou mesmo ao aumento) dos estímulos materiais, uma gradual desactivação da importância da moeda, uma acentuação da utilização de critérios *políticos* e não estritamente *económicos* nas decisões relativas à própria instância econó-

mica (a todos os níveis, incluindo o das unidades de produção), etc., etc.? Quer na China, quer em Cuba, encontramos, com maior ou menor intensidade, a aplicação destes princípios. Em qualquer dos casos, em função das condições em que em cada um se desenvolve a luta de classes, subsiste uma parcela *fundamental* de descoberta, de inovação, de criatividade [44].

É altura de sumariar, de concluir (provisoriamente, claro). Que objectivo é esse — o socialismo? E esse outro — o comunismo? Ou mais precisamente: que elementos, *indispensáveis*, deverão estar presentes na fase de transição, para que os objectivos se não encontrem irremediavelmente comprometidos? Esta última formulação é na realidade mais correcta, e julgamos ter já fornecido dados suficientes para se compreender porquê. O capitalismo está longe de ser apenas um sistema económico, um modo de organizar a produção. Se assim fosse, a introdução de um «modo de organização» socialista da produção, de um modo «planificado» de produzir e distribuir bens poderia merecer o nome de socialismo. A ilusão de que à anarquia do mercado (capitalista) se substituiu a racionalidade do plano (socialista) e que com isso se destruíram os fundamentos mesmos do modo de produção capitalista e se transformaram de raiz as relações entre os homens, eliminando a sua exploração — tal ilusão pretendem dá-la, com escasso êxito afinal, aqueles que levam o «economicismo» aos limites do absurdo. As componentes económica, ideológica e política estão sempre, em maior ou menor grau relativo, presentes na luta de classes. E elas *têm de continuar presentes* no período «novo» da luta de classes que se segue ao derrube do poder *político* da burguesia. Não são só as relações de produção capitalistas e socialistas que, durante um período cuja duração não pode ser definida *a priori*, vão coexistir. São dois modos

[44] O último discurso de Fidel Castro, ao I Congresso do P. C. Cubano, parece anunciar o abandono de certas posições cubanas em favor do modelo soviético, em particular no que toca à «direcção da economia». É de recear que, também aqui, a imaginação acabe por ceder, no essencial, ao modelo. Voltaremos ao assunto.

de «comportamento social e político», um tendendo, dentro da sociedade nova em gestação, a reproduzir a sociedade «velha» (ainda que com aparência transfigurada), o outro buscando impor o perfil *exemplar* do homem novo. A construção do socialismo é uma luta de morte entre o «novo» e o «velho», entre o espírito de inovação e o conservadorismo, entre a *vontade* de libertação *total* (posta como objectivo último) e a imposição de regras *indiscutíveis* (sejam as regras *naturais* com que o capitalismo nos impregnou, sejam as regras, igualmente irracionais e dogmáticas, de qualquer burocracia), entre a racionalidade que tem como fundamento a exigência colectiva de desmercantilizar as relações humanas e a «racionalidade» que o mercado automaticamente asseguraria ou essa outra que os planificadores econometricamente demonstram e o computador avaliza.

Esta luta de morte tem, sem dúvida, como pano de fundo, uma acumulação de forças produtivas indispensável, pois nunca haverá libertação real no «reino da necessidade» (Engels). Mas o próprio *método* de realizar essa acumulação é parte da mesma luta. Não se poderá ser mais preciso, a este respeito, do que Rosa Luxemburgo (ainda que, convém notá-lo uma vez mais, ela tenha por certo menosprezado as condições concretas e dramáticas que impediram a aplicação de tais princípios logo nos primeiros anos da Revolução Russa, a que ela dedicava estas considerações): «A massa popular tem de participar no seu conjunto. Se não o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais em torno de um pano verde.» «A prática do socialismo exige uma transformação completa no espírito das massas, degradado por séculos de dominação burguesa. Instintos sociais em lugar de instintos egoístas, iniciativa das massas em lugar de inércia, idealismo que faz vencer todos os sofrimentos» (*RR*, p. 84).

Mas se estas palavras de Rosa Luxemburgo mantêm actualidade, quer isso dizer que, no fim de contas, o exame de algumas «provas» práticas, não acrescentou nada ao que ficara enunciado nas primeiras páginas deste livro? Acrescentou algo

de extremamente importante: a certeza de que isso é *possível*, a confirmação da teoria nas suas linhas gerais. E acrescentou ainda este ensinamento decisivo: ainda que seja impossível aplicar esses princípios da forma mais ampla *desde o primeiro dia*, é possível manter uma dinâmica que permita um gradual alargamento da sua aplicação — não é *inevitável* o bloqueamento resultante de uma burocratização *mais rápida* do que a democratização. Mas para isso é necessário que, *desde o primeiro dia*, se dê um combate decisivo à ideologia persistente de um capitalismo só aparentemente moribundo. Desde o primeiro dia? Não desconhecemos que os primeiros tempos (anos) após a conquista do poder constituem uma fase delicada, em que a simples transformação de certos mecanismos económicos fundamentais e das relações jurídicas de propriedade criam tensões consideráveis, conduzindo quase sempre a dificuldades enormes no campo económico (produção, distribuição, relações externas), que quase diríamos são o *sinal* mesmo de que o sistema capitalista está a ser abalado de alto a baixo [45]. A tentação é imensa, em tais condições, de favorecer as soluções burocráticas em relação às democráticas: com efeito, as massas, levadas por um entusiasmo revolucionário até ao momento-chave do derrube do poder da burguesia, não estarão igualmente «preparadas» para enfrentar as dificuldades desses primeiros anos, *sobretudo* se a sua mobilização anterior *lhes tiver escondido* as exigências da nova fase. Além disso, os obstáculos levantados pela classe dominante apeada poderão impor — como na Rússia Soviética — uma luta violenta que, igualmente, não será de molde a criar as melhores condições para aquela profunda democratização. No entanto, em qualquer caso, julga-se provado pela experiência que *é possível* e é *indispensável* estabelecer aquilo a que poderemos chamar uma «dialéctica de contacto» que se traduz em fazer surgir as contradições e procurar resolvê-las *ao nível* a que elas

[45] Sem sequer ter chegado ao «primeiro dia», tivemos em Portugal, nos últimos dois anos, uma «antevisão» de tal situação.

se manifestam. Isto significa que, admitindo-se a necessidade de uma «direcção política» (não o admitir seria cair, como já vimos, no anarquismo puro), os dois pólos da contradição direcção política-massas não podem manter-se afastados ao ponto de quase se desconhecerem: é uma das brechas por onde entra a burocracia [46]. É, em larga medida, o que exprime de outro modo Bettelheim na seguinte passagem do seu livro *Cálculo Económico e Formas de Propriedade*: «Nas formações sociais de transição, quando os agentes portadores da propriedade de Estado adquiriram uma autonomia suficiente em relação aos produtores imediatos para constituírem uma burguesia de Estado, os diferentes poderes que correspondem a esta propriedade de Estado podem ser dissociados entre diversas categorias de agentes: directores de empresas, directores de monopólios, dirigentes das administrações económicas, dirigentes dos ministérios e dos órgãos de planificação, etc.» (*CE*, p. 190). «[A] consolidação [do domínio e direcção por parte dos produtores imediatos] não pode resultar de um processo espontâneo: pelo contrário, exige uma *luta constante contra a tendência para a separação* das funções de domínio, de direcção e de execução. Tal tendência está inscrita nas relações ideológicas que são reproduzidas pelas instituições (económicas, ideológicas e até políticas) herdadas das sociedades dominadas por não trabalhadores, pois essas instituições não são, e geralmente não podem ser, imediatamente "revolucionarizadas" e dirigidas pelos trabalhadores. Portanto, só quando um *conjunto de transformações* económicas, ideológicas e políticas asseguram um *domínio crescente dos trabalhadores* sobre os

---

[46] Um exemplo concreto: a relação constante, o contacto *efectivo* que os dirigentes cubanos estabeleceram com as massas «desde o primeiro dia» (e bem antes, aliás). Dir-se-á que isso não impediu a «entrada» da burocracia. É um facto, mas também o é que não se poderá ainda dizer que esta triunfou em definitivo: o alargamento, nos últimos anos, das experiências de poder popular constituem um elemento determinante no desfecho do processo, se bem que, como já referimos, as últimas declarações de Fidel não sejam, neste aspecto, encorajadoras: sabe-se a que ponto o modelo soviético de direcção da economia assenta no poder de uma tecnoburocracia.

meios de produção e sobre os produtos é que a *transição para o socialismo* tem efectivamente lugar. É este conjunto de transformações que leva ao desenvolvimento de um processo de *apropriação social* que se efectua sob a direcção dos produtores imediatos e, portanto, ao alargamento do campo de acção da *lei de direcção social da economia*» (*idem*, p. 191). Noutra obra, o mesmo autor reconhece ser indispensável a existência de um «partido proletário dirigente», o qual só pode «ser o instrumento da ditadura do proletariado sob condição de ser ele próprio portador da ideologia proletária e de assegurar a apropriação progressiva desta ideologia pelas massas através de uma prática social só possível de se desenvolver na medida em que o partido *não é exterior* às massas mas mantém com elas uma relação de interioridade» (*RC*, p. 110). É esta relação de interioridade que permitirá, *desde o primeiro dia*, evitar uma ruptura que, se não vier a sujeitar o processo revolucionário a uma trágica derrota, conduzi-lo-á às mãos todo-poderosas da tal «burguesia de Estado».

O socialismo não é, já o vimos, uma forma estável de organização social e política. *Ele próprio é uma transição entre o capitalismo e o comunismo.* Apenas por comodidade de sistematização se pode buscar uma certa definição «não identificadora ou descritiva» ao afirmar que se estará em presença de uma «sociedade socialista» quando nela seja dominante o modo de produção socialista, as relações de produção socialistas: mais precisamente quando as relações mercantis estejam *efectivamente* submetidas a uma regulação social da economia (ou planificação no sentido mais geral) fundada numa lógica oposta à da lei do valor, regulação essa exercida ou directamente controlada *de facto* pelas massas trabalhadoras; quando estas se tenham, na sua imensa maioria, apropriado da ideologia proletária (sumariamente: dos «princípios socialistas» enunciados nas pp. 27-30), em última análise, quando *em todos os planos da luta de classes* (em particular o económico e o ideológico) o proletariado se tenha enfim colocado em posição dominante. Escusado dizer que tal não se poderá

verificar sem se ter atingido *um certo* nível de desenvolvimento das forças produtivas (a base material), nem *um certo* nível de consciência social (a base ideológico-cultural), níveis esses que não é viável determinar previamente, até porque serão necessariamente função da formação social em questão. Certo é que ambos esses processos estão intimamente ligados, só através do desenrolar da luta de classes se podendo na realidade manifestar os desequilíbrios no avanço relativo de um e outro e as formas mais adequadas de os «reajustar». Certo é também que, se as relações de produção socialistas são aquelas «que asseguram a *dominação dos trabalhadores* sobre as condições de produção e de reprodução, isto é, sobre os resultados do seu trabalho» (Bettelheim, *CE*, p. 105), o facto de se caracterizar teoricamente o «socialismo» (a sociedade socialista) como o «momento» em que tais relações de produção se tornaram dominantes implica directamente, pelo menos, duas coisas: que, a partir de então, o desenvolvimento social, em todos os campos, reproduz e reforça (reprodução alargada) automaticamente essas mesmas relações[47]; que, nessa fase, já se terá atingido formas avançadas de descentralização, únicas que permitem o controlo directo dos trabalhadores, bem como se terão dado «saltos» decisivos nas relações cidade-campo, trabalho manual/trabalho intelectual, partido-massas, etc. Continuando a acompanhar Bettelheim, «[nas formações sociais de transição] a riqueza social deixa de estar limitada a uma "acumulação de mercadorias": mas é também, e sobretudo, a disponibilidade de valores de uso».

Voltando a «forçar» a tal definição de sociedade socialista, diremos então, ainda — o que é apenas uma nova forma de enunciar o mesmo que já atrás se expôs —, que ela representará o momento da fase de transição em que a lógica dos «valores de uso» já predomina sobre a lógica dos «valores de troca»,

[47] Tal como hoje o mais simples acto quotidiano reproduz as relações sociais capitalistas (ver, sobre o assunto: J. M. P., *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, Cap. V).

em que os critérios de *utilidade social* predominam sobre os de *lucro* (rendibilidade, no sentido mais geral) não só na escolha do «que e como produzir» mas, muito mais amplamente, em todos os campos da vida social — o individualismo e o espírito de competição em proveito próprio terão dado lugar, em larga escala, ao sentimento colectivo, à cooperação, à emulação *quando tenha por objectivo* o proveito da colectividade. Qual a relação entre este momento, acima descrito mais do que definido, e aquele em que se concluiu a colectivização dos meios de produção? É evidente que será impossível verificarem-se a maior parte das condições apontadas se a totalidade dos meios de produção não estiverem colectivizados (propriedade do Estado ou outras formas de propriedade colectiva), pois isso é exigido pela própria necessidade de coordenar e planificar segundo os novos princípios da utilidade colectiva, e porque a propriedade individual (ou privada) dos meios de produção constituirá a base de reprodução das relações capitalistas que se visa destruir. Mas há que salientar que a colectivização total não determina *só por si* o predomínio das relações socialistas de produção: como vimos, e pelas circunstâncias particulares então apontadas, em fins de 1918 estava nacionalizada *juridicamente* na Rússia Soviética a totalidade dos meios de produção, sem que, obviamente, se tivesse atingido o socialismo (aliás, a consciência de que é, em última análise, a luta de classes o factor decisivo, impôs que, desde o início, se não procurasse efectivar uma «colectivização» na agricultura, ainda que juridicamente toda a terra pertencesse ao Estado). Poder-se-á, quando muito, dizer que a colectivização total deverá, em regra, *anteceder* o «estádio» da sociedade socialista, mas isso não pode ser utilizado, como o faz Zarodov (p. 34) para fixar a data em que terminou o período de transição. O fim da relação salarial, a relação fundamental do sistema capitalista de produção, aquela que reduz a relações de troca as próprias relações entre os homens, não é determinado apenas pelo momento em que o trabalhador deixa de receber salário dum patrão e passa a receber do Estado uma

«retribuição» ou o «pagamento do seu contributo de trabalho para a colectividade»: isso continuará de facto a ser um salário, na medida em que ainda não se tiver verificado a *apropriação social* dos meios de produção, em que os trabalhadores não sejam simultaneamente produtores, gestores e planificadores. A marcha para o socialismo é a aproximação gradual dessa apropriação, que é, em última análise, a apropriação real das próprias condições de existência. Na fase da «sociedade socialista», que, insistimos, não é possível datar, isto ainda não foi atingido: só o comunismo realizará plenamente esse objectivo. Mas ter-se-á, também nesse aspecto, atingido o ponto de viragem: é fácil de compreender que se trata sobretudo do resultado da «inversão ideológica», ou seja, do momento em que a ideologia dominante mudou de sinal [48]. Irreversivelmente? De modo nenhum, pois, pelo simples facto de que a luta de classes prossegue, o seu desfecho não pode ser fixado *a priori*. A ideologia proletária tornou-se *dominante* mas não esmagou em definitivo a ideologia *burguesa*. O comunismo marcará esse triunfo, mas recordemos que, mesmo no comunismo, Mao admite a hipótese de «mudanças qualitativas» (ver p. 74, nota 43).

Chegamos, então, a uma conclusão final de todo este trabalho, que consubstancia tudo o que foi dito anteriormente e se exprime em poucas palavras, como é de regra quando se despe a realidade social do circunstancial, para dela extrair o que é *essencial*: não há possibilidade de definir com rigor *o que é o socialismo*, nem de saber exactamente o momento em que é atingido, mas é *possível e indispensável* detectar, no processo revolucionário que se propõe o socialismo como objectivo, um certo número de «parâmetros» que nos identifiquem uma *gradual aproximação* desse objectivo. Entre eco-

[48] Assinale-se aqui uma aparente contradição com a problemática gramsciana da revolução nos países ocidentais. Na realidade, não só o conceito de *hegemonia* não se pode confundir com o de *domínio*, como se vem articular nesta questão o problema, que já levantámos (ver p. 53), da passagem da hegemonia «transitória» à hegemonia «duradoura».

nomicismos, que atrasam ou comprometem, e voluntarismos, que precipitam e podem igualmente comprometer, o processo não seguirá um caminho linear: não o é a luta de classes, que o *determina*. Por isso também se torna difícil apreciar um tal processo histórico por um exame pontual no tempo. É a própria evolução de médio/longo prazo que dará a *tendência*, para além das flutuações de curto prazo: qualquer aprendiz de estatística compreenderá. A transição para o socialismo (mais correctamente para o comunismo) desenvolve-se em múltiplas frentes que, no fim de contas, se encontram delineadas nos «princípios» enunciados nas páginas 27 a 30. O avanço em algumas delas poderá impor recuos noutras. A questão que se põe, naturalmente, é a de saber em que medida o saldo global marca uma tendência positiva. Ao examinar alguns processos históricos parcelares já tivemos ocasião de salientar como, *na prática* e em função de *condições concretas*, se buscou realizar muitos desses princípios, e em que casos se pôde avançar com segurança ou houve que recuar abruptamente. Julgamos que é altura de equacionar alguns problemas básicos da fase de transição (bem como da que a precede e tão decisivamente a condiciona), para o que voltaremos, sempre que necessário, à rica experiência revolucionária que as massas trabalhadoras, através de vitórias e derrotas, foram acumulando, sobretudo a partir de 1917.

Capítulo II

PRÉ-REVOLUÇÃO E TRANSIÇÃO

AS FASES PRÉ-REVOLUCIONÁRIAS

É conhecido que as revoluções burguesas (ou seja, a tomada do poder político pela burguesia nos diversos países) foram como que o último acto da hegemonia burguesa nas respectivas sociedades: ao chegar a esse momento, a burguesia já era economicamente dominante e a sua ideologia já tinha penetrado profundamente o tecido social. O mundo das relações mercantis, do «mercado», é por natureza unificador e avesso a fronteiras: a burguesia, durante os séculos em que se desenvolveu até se tornar economicamente dominante, foi o elemento móvel das sociedades feudais, aquele que fazia chegar à quietude dos castelos e dos burgos as mercadorias provindas de todos os recantos do reino e do estrangeiro. Os mercadores, os comerciantes, eram como que um mal necessário nas sociedades feudais: a sua actividade era indispensável, mas o seu espírito comercial, o seu apego à «liberdade de movimento», o seu conhecimento de outras cidades, reinos e até civilizações (logo da relatividade das culturas e dos sistemas sociais), o seu culto da iniciativa e do triunfo individual eram, entre outros, elementos «subversivos», de crescente conflito com as rígidas estruturas feudais. Foi o desenrolar deste conflito secular, alargado depois à esfera da produção (produção mercantil *versus* estruturas corporati-

vas), que, para encurtar razões, levou a que, em momentos históricos diversos e por vias nem sempre paralelas, as relações capitalistas se tivessem tornado dominantes no seio de sociedades que de feudais só já tinham um conjunto de regras jurídicas e de comportamentos muitas vezes artificiais, sobrevivências de um sistema entretanto minado pelo interior, mas que se tornava necessário eliminar em definitivo (pois, ainda assim, constituíam obstáculo de monta à expansão da ordem burguesa). A revolução burguesa é a conclusão deste processo: a burguesia conquista o poder político, a única «instância» da estrutura social que ainda lhe estava vedada. A partir de então, até aos nossos dias, é o permanente alargamento das relações capitalistas a todos os sectores de actividade, a exploração sistemática das riquezas coloniais, a progressiva concentração do capital e de tecnologias cada vez mais sofisticadas — a constituição do capitalismo em sistema mundial de dominação (económica, política, cultural), segundo um processo pontuado por violentas crises e múltiplos conflitos, mundiais ou localizados.

Sendo, pois, o capitalismo o primeiro sistema *global*, no decurso da História, por natureza expansionista e tendendo a penetrar *todos* os domínios da actividade humana, a modelar *todos* os comportamentos, e sendo para mais nele dominante a instância económica, é compreensível que a passagem do capitalismo ao socialismo não possa, de nenhum modo, efectuar-se por processo similar ao que sumariamente se descreveu para a passagem *ao* capitalismo. É, com efeito, impensável o desenvolvimento até à hegemonia de relações económicas socialistas *no seio* de uma sociedade capitalista. Preobrajensky resume de forma lapidar o que acabamos de dizer: «A revolução burguesa não é mais do que um episódio no processo de desenvolvimento capitalista, que começa muito antes da revolução e avança com renovada velocidade a partir da revolução. O sistema socialista, pelo contrário, começa a sua história com a conquista do poder por parte do proletariado. Isto deriva da própria essência da economia socialista,

enquanto corpo unitário que não pode formar-se molecularmente nas entranhas do capitalismo. Se o capital comercial se pôde desenvolver no seio da sociedade feudal e as primeiras fábricas capitalistas puderam começar a funcionar sem entrar em contradição insuperável com a estrutura política e com as formas de propriedade existentes, e até, pelo contrário, se alimentaram destas, a produção estatal socialista só pode surgir a partir da ruptura frontal com o velho sistema, só como resultado da revolução social. Este facto tem uma enorme importância para a compreensão não só da génese do socialismo, como também de todo o processo posterior da construção do socialismo» (*AS*, p. 34). Na realidade, poder-se-á colocar o problema noutros termos, que não são mais do que a formulação de uma hipótese teórica: dado que no modo de produção capitalista é dominante a instância económica, é esta que a classe burguesa primeiro conquista, e a partir daí que gradualmente consolida a sua posição, «subvertendo» todas as relações sociais, até não lhe faltar mais do que fazer tombar um poder pouco mais que nominal. Por isso talvez, em vários países a revolução burguesa não tomou uma forma violenta, tendo-se mesmo em muitos casos acomodado com a instituição monárquica até aos nossos dias. Já no modo de produção socialista é dominante a instância política: não são as necessidades da produção-acumulação (privada) que comandam as escolhas políticas, mas as escolhas políticas (colectivas) que passam a comandar a produção-acumulação. *Daí que seja a instância política aquela que o proletariado tem de visar como conquista prioritária e decisiva*, sem a qual não há início possível de «construção do socialismo».

Neste ponto se vem de novo inserir a problemática gramsciana referida no Cap. I (pp. 49-52), que, sem negar esta última afirmação, condiciona-a, nas sociedades capitalistas avançadas, a uma prévia «hegemonia» do proletariado, ou seja, à conquista por este da «sociedade civil», ou da «instância ideológica». Nas sociedades ocidentais «a luta pela hegemonia precede a luta pelo poder político» (*LG*, p. 326).

«Ser hegemónico significa para o proletariado, *em período pré-revolucionário*, em primeiro lugar conquistar a sociedade civil, isto é, ultrapassar as suas simples reivindicações económico-corporativas, para se afirmar o iniciador e o portador de uma ordem própria, e de uma concepção do mundo que tem um valor universal; enfim, portanto, assumir a direcção cultural e moral da sociedade» (*idem*, p. 264; sublinhado — J. M. P.). Assinale-se, de passagem, que, enquanto Preobrajensky, na citação acima, afirmava ser impossível à economia socialista «formar-se molecularmente» no seio do capitalismo, Gramsci utiliza uma expressão idêntica no que se refere à luta pela hegemonia: «agressão molecular».

Isto vem dar uma particular importância, sobretudo quando nos confrontamos com sociedades de capitalismo fortemente integrado, ainda que não altamente desenvolvidas, às chamadas fases pré-revolucionárias. De facto, não há início da construção do socialismo sem conquista do poder político, mas não haverá conquista do poder político sem uma fase pré-revolucionária mais ou menos prolongada. Fase de crise em que, ainda segundo Gramsci, «a classe dominante perdeu o consenso». «A crise consiste justamente no facto de o velho estar a morrer e o novo ainda não poder nascer.» As condições são então particularmente favoráveis à conquista da hegemonia pelo proletariado, desde que exista um partido revolucionário, «intelectual colectivo» na expressão de Togliatti, capaz de definir alianças e de formar e difundir uma «vontade colectiva nacional-popular», de impulsionar a criação de um novo «bloco histórico» [1].

Na realidade, é indispensável, ao abordar as questões da transição para o socialismo e as etapas a considerar, incluir nestas, como etapa *necessária*, a chamada «fase pré-revolucionária». E dentro das fases pré-revolucionárias, parece-nos ser

[1] «Bloco histórico», «consenso», «crise», «vontade colectiva nacional-popular»: conceitos gramscianos indispensáveis ao aprofundamento destes problemas. Ver Cap. I, nota 18.

de distinguir dois «tipos» bem marcados: a luta armada revolucionária e a crise política global (crise no sentido gramsciano, e não no sentido corrente nas «democracias burguesas» — quebras de alianças partidárias, quedas de governos, etc.). As fases de luta armada revolucionária são, em certa medida, já parte da própria conquista do poder, mas se as incluímos nas fases pré-revolucionárias é porque, de facto, como elas, poderão desembocar *ou não* na conquista do poder; são-lhe, de qualquer modo, *prévias*. São exemplos bem conhecidos de luta armada revolucionária: as lutas de libertação coloniais, as guerras revolucionárias chinesa e vietnamita, a luta armada em Cuba em 57-58, as lutas de guerrilha na sequência dos movimentos de resistência antinazi na Jugoslávia e na Grécia, etc. Situações de crise pré-revolucionária são, entre outras, por exemplo: Fevereiro/Outubro de 17 na Rússia, 1918-1923 na Alemanha, 1918-1922 em Itália, 1931-1936 em Espanha e, mais próximo de nós, o Chile de Allende e o Portugal pós-25 de Abril. Em certos aspectos, a situação dos actuais «países socialistas» da Europa Central e Oriental entre 1945 e 1948 pode assimilar-se a uma fase deste tipo [2]. Só que aí, na generalidade dos casos (exceptuando-se talvez apenas a Checoslováquia, onde o desenrolar normal do processo político teria provavelmente conduzido a um desfecho idêntico ao verificado), a «solução» da crise pré-revolucionária foi, de facto, decidida e imposta ao abrigo de um «acordo de parti-

[2] Num seminário sobre a transição para o socialismo, realizado em Outubro de 1971 em Santiago do Chile, Theotónio dos Santos, ao fazer o balanço dos debates, dizia: «Há momentos históricos muito importantes que são esquecidos e pouco estudados, porque uma etapa histórica posterior os anula, e tende-se então a crer que o período não teve importância. Eu chamaria a atenção, por exemplo, para períodos como aquele entre a primeira e a segunda revolução de 1917, na Rússia (...). Eu chamaria a atenção sobre a necessidade de caracterizar o período que vai de 1945 a 1949 na China, e de 1947 a 1948 na Europa Oriental (...). Chamaria bem assim a atenção sobre o período da Revolução Cubana a que não se tem dado quase nenhuma importância: o que vai desde a tomada do poder [até ao momento em que o exército rebelde] entrega o poder ao comandante Fidel Castro (...). Creio que se pode dizer que vivemos um período semelhante no Chile» (in *Problemas de Transição para o Socialismo*, pp. 109-110). A análise que se vai seguir tenta ser um breve contributo para o preenchimento desta lacuna.

lha» europeia, e passou-se em termos de simples manobras de cúpula, em lugar de ter desembocado na conquista revolucionária do poder pelo proletariado e pelas massas populares.

É útil assinalar que em quase todos estes casos se verificaram afrontamentos armados mais ou menos prolongados. Nas situações do primeiro tipo eles existiram «por definição» e terminaram ou com a conquista do poder ou com a derrota das forças revolucionárias. Nas situações do segundo tipo (excluído o caso português, ainda em curso), o afrontamento armado deu-se sempre ou após a conquista do poder (na Rússia) ou na sequência do impasse da situação pré-revolucionária (guerra civil em Espanha, esmagamento das forças revolucionárias pelos fascismos em Itália e no Chile, ou mesmo por um Governo «democrático», que assegurou um poder fraco e instável até desembocar na violência nazi, na Alemanha). É curioso, a propósito, referir o que a este respeito diz Mao relativamente aos países da Europa de Leste. Comentando uma frase do *Manual da U. R. S. S.* onde se afirma que nesses países «se pôde construir o socialismo sem recurso à guerra civil e sem intervenção armada estrangeira», Mao comenta: «Seria melhor dizer: nesses países a guerra civil englobou-se na guerra internacional e, para eles, guerra internacional e guerra civil foram apenas uma e a mesma.» Isto para suportar e justificar a sua expressão, algumas linhas adiante, de que «uma grande revolução não pode deixar de passar por uma guerra civil» [3]. O certo é que, se *nalguns casos* de países da Europa de Leste a observação tem algum fundamento (as lutas de resistência e de libertação nesses países, como aliás numa França ou numa Itália, tinham aspectos de uma autêntica guerra civil), o facto essencial é que a transformação política na maior parte desses países, *como a não transformação nos países ocidentais*, teve bem mais que ver

[3] Dentro desta perspectiva, poder-se-ia, por exemplo, no caso português, extrapolando um pouco mais, dizer algo de paralelo em relação à guerra colonial. Pensamos, no entanto, ser uma hipótese de excluir, ainda que contenha elementos que podem merecer reflexão.

com a «intervenção armada estrangeira», de sentido oposto segundo as áreas geográficas [4]. Uma explicação para o dilema com que se defronta Mao naquela passagem poderá ser, simplesmente, que não houve guerra civil, *porque não houve revolução*, no sentido da conquista do poder *pelas massas*.

São, evidentemente, para o nosso objectivo de enquadramento do caso português, as situações pré-revolucionárias do «segundo tipo» as que mais nos importa analisar [5]. O que pode então encontrar-se de *constante* em tais fases pré-revolucionárias? Numa preocupação de síntese (tantos são os elementos de análise fornecidos por estes períodos), poderemos caracterizá-las da seguinte forma, independentemente da situação que lhes deu origem: são períodos de «explosão» da luta de classes em que as massas populares ousam infringir toda a legalidade estabelecida e constituir embriões, se não mesmo órgãos efectivos, de *duplo poder*; em que as estruturas económicas anteriores (capitalistas, mas ainda, em certos casos, semifeudais) ruem totalmente, por reacção «automática» ou por sabotagem deliberada por parte da classe dominante ameaçada; em que, face à evidência da conhecida fórmula «a burguesia já não pode governar, mas o proletariado ainda não está em condições para governar», os governos, geralmente de heterogéneas coligações, são eminentemente instáveis e impotentes, e as grandes opções políticas tendem a polarizar-se e a radicar o sentimento generalizado de que não há soluções de «meio termo».

Comecemos pela questão do duplo poder. Ela foi formulada expressamente pela primeira vez em Abril de 1917 por

---

[4] Embora deva referir-se o carácter efectivamente reaccionário e antipopular da maior parte dos partidos que, durante os anos 45-48, formaram coligações com os partidos comunistas desses países. Mas também se deve sublinhar que alguns destes P. C. dispunham de escassa organização e audiência em 45 (contrariamente a um P. C. Francês ou um P. C. Italiano) e só puderam, de facto, tomar o poder em 48 devido a condições que de nenhum modo traduzem o avanço da luta de classes interna.

[5] Aliás, tendo precisamente em vista esse objectivo, alongar-nos-emos mais sobre o exame desta fase do que no das etapas subsequentes da transição, o que não deixará de desequilibrar um pouco o estudo dessa mesma transição.

Lenine, que então dizia: «A nossa revolução tem de eminentemente original o facto de ter criado a *dualidade do poder*» (*O-II 1*, p. 14). E explicava: «Em que consiste a dualidade do poder? Em que, ao lado do Governo Provisório da *burguesia*, se formou um *outro governo*, ainda fraco, embrionário, mas que existe de facto, incontestavelmente, e se fortalece: os sovietes de deputados operários e soldados» (*idem*, p. 14). Na realidade, esta «originalidade» que Lenine parecia descobrir na revolução russa, já Marx a apontara, em 1850, na fase final da revolução burguesa alemã de 1848-50, como uma *necessidade*. Na sua «Mensagem à Liga dos Comunistas», em Março desse ano, dizia: «[Após a revolução burguesa] é necessário que, ao lado dos novos governos oficiais, os proletários estabeleçam os seus próprios governos operários revolucionários, seja sob a forma de administrações autónomas, locais, seja sob a forma de clubes ou *comités* operários (...) de modo que aqueles se vejam vigiados e ameaçados por autoridades que têm atrás de si toda a massa dos operários» (*OE-I*, p. 109). Ora esta necessidade, que aqui pode ser entendida como algo que simplesmente «é preciso fazer», veio a verificar-se ser uma *exigência* que as próprias massas, face à deliquescência do poder «oficial» em tais períodos, assumem e exercem, independentemente de alguém lhes dizer se o devem ou não fazer. Assim sucedeu em todos os movimentos revolucionários modernos (isto sem pretender ir mais atrás, ao exame das revoluções que se sucederam ao longo da História). Na sua *História da Revolução Russa*, Trotsky generaliza a «toda a revolução»: «A preparação histórica duma insurreição conduz, em período pré-revolucionário, a que a classe destinada a realizar o novo sistema social, sem se ter ainda tornado senhora do país, concentre efectivamente nas suas mãos uma parte importante do poder de Estado, enquanto o aparelho oficial se mantém ainda nas mãos dos antigos possuidores. Está aí o ponto de partida da dualidade de poderes em toda a Revolução» (*op. cit.*, vol. I, p. 252). E, porque assim é, naturalmente que é *contranatura* a ideia mesma de «institu-

cionalizar» esse duplo poder: «Hilferding e Kautsky, na Alemanha, Adler na Áustria [6] propunham-se "combinar" a democracia com o sistema soviético, integrando os sovietes operários na Constituição. Não se poderia conceber mais curiosa utopia» (*idem*, p. 259).

Não nos alongaremos muito sobre a dualidade de poderes entre Fevereiro e Outubro de 17. Mas é importante desde já acentuar que, tanto ou mais importante do que o poder dos sovietes, poder esse que permanentemente se confrontava com e «dobrava» o do Governo Provisório (em particular o Soviete de Petrogrado), se deve considerar como parte integrante da dualidade de poderes a acção de múltiplos *comités* de base, entre os quais tiveram papel preponderante os «*comités* de fábrica». Não é esta, diga-se, a perspectiva em que usualmente se coloca esta questão. Com efeito, ela é posta

---

[6] E nós diremos: «E, em certa medida, o M. F. A., através do seu "documento-guia", em Portugal.» Embora esse documento não explicitasse a articulação entre a estrutura «popular» e a estrutura «democrática institucional», o facto é que não punha a segunda em causa, pressupondo uma transição em que ambas coexistiriam. A reacção imediata do P. S. e do P. P. D. revela até que ponto esses partidos tinham consciência da incompatibilidade que tal proposta prenunciava. A este respeito, também é útil referir o programa político da Unidade Popular no Chile, no seu capítulo «Uma Nova Organização Institucional — o Estado Popular». É também uma prefiguração de organização do Estado em que se procura efectuar uma «combinação» mal definida de democracia «clássica» com democracia «popular». Mas convém sublinhar que o programa é anterior à eleição de Allende e, nessa altura, ainda se estava longe da criação dos embriões de duplo poder que depois se multiplicaram, sobretudo a partir de 72. Era apenas uma «construção teórica». Mais tarde, porém, o próprio Allende volta a colocar a questão: «O presidente da República, tendo em vista resolver o problema-chave da hegemonia dos trabalhadores sobre o Estado, num sistema em que estão ausentes as condições políticas de assembleias populares de modelo socialista (partido único ou dominante, interdição dos movimentos políticos capitalistas, forças armadas revolucionárias), propôs substituir o Senado actual por uma Câmara dos Trabalhadores, eleita por sufrágio directo por todos os trabalhadores do país e não por organismos corporativos.» «Este projecto associa à representação universal de todos os cidadãos, que é assegurada pela Câmara dos Deputados, a representação de classe no seio da Câmara dos Trabalhadores. Para além disso, a incorporação dos organismos de poder popular a todos os níveis da administração pública, desde a comuna até às instituições do Governo central, acompanha a sua incorporação no legislativo» (Joan Garcés, *PC*, pp. 332-333). Assim se vê a persistência da ideia de que o poder político da «transição para o socialismo» pode ser um misto burguês-revolucionário, em correspondência com o que se passa na instância económica, em que coexistem dois modos de produção antagónicos.

quase sempre em termos de «poder de Estado»; a dualidade de poderes apresenta-se, assim, como uma partilha mal definida do poder de Estado entre órgãos representativos de classes antagónicas que, não dispondo da força política para exercer a *totalidade* desse poder, de certo modo o «repartem». Nessa óptica, é claro que a dualidade se põe, no caso clássico da Rússia pós-revolução de Fevereiro, como *coexistência* do Governo Provisório e dos sovietes de trabalhadores e soldados. Ainda que, desde o início, dominado pelos mencheviques e pelos socialistas revolucionários, o Soviete de Petrogrado tenha «entregue» o Governo aos políticos burgueses saídos da antiga Duma [7] — o chamado Comité da Duma — e se tenha reservado o papel de «órgão de controlo da democracia revolucionária», o facto é que, como assinala, apoiado em numerosos exemplos, O. Anweiler, «na capital, uma vez triunfante a revolução, é o Soviete e só ele quem detém o poder de facto» (*SR*, p. 159). A dualidade não é mais, afinal, do que a existência de um poder *de direito*, que toma as «responsabilidades» do Governo e, simultaneamente, de um poder *de facto*, único dotado de verdadeira autoridade perante as massas, e que pode pôr constantemente em causa as decisões do primeiro. Por isso se atinge rapidamente uma situação de conflito aberto em torno do problema da paz, em fins de Abril, em que o Soviete obriga a uma recomposição do Governo, em que vão entrar os mencheviques e os socialistas revolucionários. Daí um certo equilíbrio, que mantinha, contudo, a instabilidade inerente a um tal sistema, situação que aliás se reproduzia à escala de todo o país. Não só em Petrogrado mas também «na província uma multiplicidade de sovietes constituíam-se a nível local em outros tantos poderes paralelos. Este regime dualista não podia no entanto ser de longa duração. Uma coexistência de dois sistemas de autoridade, nem um nem

[7] Assembleia do Império, outorgada pelo czar em Outubro de 1905, várias vezes dissolvida depois, até ser conseguida, por alterações sucessivas à lei eleitoral, uma maioria favorável ao poder czarista.

outro dispondo integralmente do poder público, era, com efeito, inconcebível a prazo» (*SR*, p. 174).

Segundo os mencheviques e os S. R., o desfecho só poderia ser o declínio do poder dos sovietes face ao fortalecimento das instituições «democráticas». Para Tseretelli (menchevique), «após a constituição de órgãos de auto-administração eleitos por sufrágio universal, estes órgãos democráticos assumem as funções de auto-administração que os sovietes exerciam até aí» (*SR*, p. 177). Para Klivanski (socialista revolucionário) «os sovietes não aspiram de nenhum modo a substituir a Assembleia Constituinte, onde tomam lugar os deputados de toda a Rússia, mas, pelo contrário, visam conduzir o país à Assembleia Constituinte» (*idem*, p. 177). Para os bolcheviques, pelo contrário, a solução do impasse só poderia ser «todo o poder aos sovietes». É aí que toma toda a sua importância a *base* mesma do sistema de duplo poder que eram os múltiplos *comités* e conselhos criados durante esse período: conselhos de soldados da frente, conselhos de bairro, conselhos de camponeses, *comités* de fábrica. Na realidade, os dois primeiros integravam-se de uma ou outra forma no «Sistema dos Sovietes», que era especificamente de «deputados operários e soldados» (os soldados dando-lhe a «representação» camponesa, devido à sua origem em esmagadora maioria). Os conselhos de camponeses nunca chegaram a adquirir a expansão e a força política dos sovietes de operários e soldados, de que sempre se mantiveram separados. Quanto aos *comités* de fábrica, únicos órgãos eminentemente proletários, o seu papel foi certamente decisivo para o desfecho final do conflito acima enunciado: eles foram, de facto, os verdadeiros órgãos do «poder proletário» nas empresas, ou, na expressão de Anweiler, os «verdadeiros protagonistas do afrontamento entre o capital e o trabalho» (*idem*, p. 157). Neles se apoiaram os bolcheviques, que não dominavam os sindicatos (aliás muito fracos); a sua acção esteve na base da palavra de ordem bolchevique de «controlo operário». «Os *comités* de fábrica de Petrogrado constituíram-se, com o tempo,

em organização sólida que, em certos aspectos, fazia concorrência ao soviete de deputados operários» (*idem*, p. 156). Essa organização era encabeçada por um *comité* central e uma comissão executiva. Diz ainda Anweiler: «Como os *comités* de fábrica se encontravam em ligação constante e directa, nos locais de trabalho, com os operários, o seu papel revolucionário aumentou na medida mesma em que o soviete se institucionalizava e perdia pouco a pouco o contacto com as massas» (*idem*, p. 158). É a partir da radicalização das massas, que por esta forma (não exclusivamente, de resto) se desenvolve, que se pode dar a reviravolta de Julho-Agosto *dentro dos próprios sovietes*, e preparar a «saída» bolchevique, em lugar da «saída» burguesa que estava nas intenções dos mencheviques e dos S. R. O mesmo é dizer que a questão da «dualidade de poder» é bem mais complexa do que a simples coexistência entre dois «poderes de Estado» e, sobretudo, que a solução da situação extremamente instável a que conduz tal dualidade é função, em grande parte, do suporte de massas de que disponha o poder «não instituído» — na ausência do qual este acaba por se ver mais ou menos violentamente eliminado ou absorvido pelas instituições «oficiais». Pois é sobretudo ao nível dos órgãos e das acções de base que se *constitui* a «nova legalidade», a «legalidade revolucionária». Ocupações de terras e ocupações de fábricas, a manifestação mais elementar do *poder* das massas em tais situações, multiplicam-se entre Fevereiro e Outubro de 17 [8]. Esta é verdadeiramente a nova *fonte de poder* em que se apoiam os bolcheviques: eles são os únicos a assumir o seu carácter revolucionário e a transformá-lo, em poucos meses, em *poder de Estado* — o poder de Estado *operário e camponês* (que, como já vimos no Cap. I.

[8] Segundo Carr, satisfeitas as primeiras reivindicações (dia de oito horas e aumentos salariais), seguiram-se-lhe «tentativas mais ou menos organizadas dos trabalhadores, primeiro esporádicas, mas tornando-se cada vez mais frequentes, para interferir na gestão e para tomarem eles próprios posse das empresas» (*BR-II*, p. 63). Quanto ao campo, o mesmo autor refere os seguintes números para ocupações de propriedades: 152 em Maio, 112 em Junho, 387 em Julho, 440 em Agosto, 958 em Setembro (*BR-II*, p. 40, nota 2).

acabou por ser posto perante tal situação pela guerra civil que não pôde *resolver* a própria dialéctica poder de Estado-poder das massas, e acabou por dar origem a um Estado fortemente centralizado, burocratizado e sem efectiva participação das massas). Por aqui se vê como a «questão do socialismo» e da transição, em que a solução desta contradição é *decisiva*, se encontra presente desde as fases pré-revolucionárias e radica nas relações de força que então se manifestam.

Após a Revolução Russa, poder-se-iam citar vários outros casos de situações pré-revolucionárias em que, de novo, surge e ganha relevo a questão do «duplo poder». Citamos apenas duas. A Espanha, sobretudo a partir de 36, e o Chile de 71-73.

O caso da Espanha tem de particular que, desde a queda da monarquia, em princípios de 1931, é patente a dificuldade de instaurar uma «democracia» estável, dividindo-se irredutivelmente as classes sociais, por um lado, os «grupos» regionais, por outro (e, por via deles, os partidos — nem sempre em correspondência rigorosa, e nem sempre as clivagens se fazendo do mesmo modo segundo os problemas), em torno de «grandes questões» que eram, principalmente, três: a questão agrária, a questão religiosa e a questão das nacionalidades». Para além disso, é claro, as grandes centrais sindicais (U. G. T., dominada pelos socialistas, e C. N. T., de preponderância anarco-sindicalista) desenvolveram uma fortíssima luta reivindicativa nos campos e nas fábricas, luta que assumiu um carácter marcadamente anticapitalista e mesmo insurreccional a partir da vitória dos partidos de direita nas eleições de Novembro de 1933. A heterogénea coligação de republicanos e socialistas que governou a Espanha nos dois primeiros anos da República buscou de algum modo conciliar os interesses das classes médias pequeno-burguesas com os dos trabalhadores agrícolas e da indústria, mas não o pôde fazer, naturalmente, sem atemorizar os primeiros e simultaneamente reprimir (por vezes de forma sangrenta) os segundos. Simultaneamente, o grande capital e os grandes agrários (entre estes se destacando a antiga aristocracia monárquica

e os jesuítas, que entretanto haviam passado a propriedade legal de grande parte das suas terras para «testas-de-ferro», temendo a acção de um Governo anticlerical) moveram, desde o primeiro dia, uma guerra aberta ao regime republicano, por moderado que fosse. «A mudança de regime (...) foi acompanhada de uma espécie de pânico financeiro» (G. Jackson, *RE*, p. 60). «(...) A mudança súbita de regime com a nomeação de um socialista para o Ministério das Finanças fez que fosse imediatamente cancelado o empréstimo de Morgan [9], que as fortunas privadas se escoassem para o estrangeiro e houvesse uma desvalorização de vinte por cento na cotação internacional da peseta logo no primeiro mês da República» (*idem*, p. 60). Ao mesmo tempo, assinala P. Broué que Juan March, grande financeiro e industrial, «financia tudo o que se opõe à República e representará, nos acontecimentos que preparam a guerra civil, um papel decisivo, tanto no interior como no exterior» (*RG*, p. 30). Quanto ao campo, «já em 1931 muitos grandes proprietários tinham deixado as suas herdades por cultivar» (*RE*, p. 115). E, pelo seu lado, «a queda da produção industrial e o consequente aumento do desemprego entre os trabalhadores industriais (...) contribuiu para exacerbar os males da República» (H. Tomas, *GC*, p. 39).

É deste clima generalizado de sabotagem interna e externa, por ela própria criado e fomentado, que a direita tira partido para ganhar as eleições de 33. Mas as medidas de imediato recuo que toma relativamente àquilo que, apesar de tudo, fora possível avançar, desencadeiam, como já indicámos, uma luta violenta por parte dos trabalhadores. Aí se situa o início daqueles embriões de «duplo poder» que, dois anos depois, virão a desembocar num período de vários meses de situação caracterizada de dualidade de poderes. Por agora, há a notar numerosos casos de ocupação e colectivização «forçada» de

[9] Empréstimo de sessenta milhões de dólares, que fora negociado durante o último Governo da monarquia, com o fim de estabilizar a peseta.

terras, e os movimentos insurreccionais de Aragão, Barcelona, Madrid e, sobretudo, das Astúrias. Todos estes movimentos, em particular o movimento de Aragão, de Dezembro de 33, com ocupações de terras, de edifícios e de fábricas, e constituição de *comités* de fábrica; e os de Barcelona e das Astúrias, de Outubro de 34 (H. Tomas chega a falar num «soviete revolucionário em toda a província das Astúrias») — todos estes movimentos põem claramente a questão do *poder*, mais concretamente, do *poder dos trabalhadores* face ao *poder burguês*.

Após a vitória da Frente Popular em Fevereiro de 1936, é a grande «explosão popular», a consciência generalizada entre os trabalhadores de que, como dizia Caballero em 34, «a única esperança das massas é hoje uma revolução social». Essa explosão foi particularmente espectacular na questão central da terra. «Após a vitória de 16 de Fevereiro, a direcção, nas mãos dos socialistas de esquerda, da Federação dos Trabalhadores Rurais, encorajou os camponeses a apoderarem-se das terras, antecipando-se assim à reforma legal» (*RE*, p. 289). Foram ocupados «250 000 ha em Março, cerca de 150 000 em Abril, e por volta de 46 000 ha de cada vez nos meses de Maio e Junho» (*idem*, *idem*) nos campos de Salamanca, da Estremadura e da Andaluzia. Ainda segundo o mesmo autor, «começara, na realidade, uma profunda revolução agrária em Março de 1936» (*idem*, p. 290). O Governo limitava-se a legalizar as ocupações *a posteriori*.

Por estas breves indicações se pode concluir em que medida é legítimo considerar o período de 31-36 em Espanha como «pré-revolucionário», ainda que a componente «dualidade de poderes» seja nesta primeira fase apenas embrionária e esporádica: a grande força das massas trabalhadoras nesta fase aguda da luta de classes situa-se ainda preferencialmente ao nível dos grandes movimentos grevistas, se bem que, como assinala Jackson (*RE*, p. 133), «todos os elementos de que dispomos tendem a provar que a agitação social da época republicana era mais política que económica quanto às suas moti-

vações». Os vários governos republicanos não se viram, de qualquer modo, directamente confrontados com um poder paralelo. Só a extensão do conceito que acima avançámos permite identificar os tais embriões de poder, que amplamente germinariam na fase seguinte. Com efeito, o levantamento fascista de 17 de Julho vai dar origem, perante as hesitações e conflitos internos do Governo legal da Frente Popular, ao surgimento de um «segundo poder», emanado directamente da base. P. Broué diz: «Pouco a pouco, entre a rua e o Governo, aparecem órgãos de poder novo que gozam de autoridade real e que se reclamam muitas vezes quer de uma, quer de outro. São os inúmeros *comités* locais e, à escala de regiões e províncias, verdadeiros governos. É neles que reside o novo poder, o poder revolucionário, que se organiza a toda a pressa para enfrentar as enormes tarefas imediatas e longínquas, a condução da guerra e a retoma da produção em plena revolução social» (*RG*, pp. 103-104) [10]. Bertrand Wolfe, jornalista inglês, escreve em 1937: «A Espanha era então governada por dois governos: um, o gabinete de políticos republicanos burgueses que tinha provado a sua incompetência e que era indigno de confiança, um Governo que tirava a sua autoridade da inércia e do hábito, e de um apoio teórico do Parlamento, que deixara de funcionar e tinha desaparecido; o outro, um Governo formado ainda só e apenas em parte por *comités*, conduzindo as massas, sem plena consciência da sua autoridade e do seu papel. O futuro da Espanha estava dependente de que se definisse qual dos dois órgãos distintos de governo — o gabinete nominalmente parlamentar ou os *comités* que constituíam germes de sovietes — detinha de facto e realmente a autoridade» (*in* A. Nin, referência bibliográfica n.º 35, pp. 10-11). Nenni, pelo seu lado, escreve: «O fenómeno mais característico da primeira fase da guerra civil foi a ausência de um poder, de uma direcção central. O Estado deixara de existir. Nas sedes dos ministérios alguns voluntários esforçavam-

[10] Ver citação do mesmo autor na nota 17 do Cap. I deste livro.

-se por assegurar a continuidade do Governo, mas a autoridade afundara-se. (...) Na capital, nas cidades, nas aldeias, ela pertencia aos homens políticos, aos revolucionários com maior prestígio e audácia. Ela deixara de ser função das atribuições ou graus hierárquicos, mas da acção» (*La Guerre d'Espagne*, p. 43). Enfim, no seu clássico livro *El Labirinto Español*, G. Brenan refere-se a este período inicial da guerra civil (Julho-Outubro de 36) como «a fase soviética da Revolução Espanhola» (p. 238), e atribui aos *comités* de trabalhadores três funções essenciais: organização e armamento de milícias para combater militarmente o inimigo; o «terror vermelho», ou seja a intimidação ou eliminação do inimigo presente nas suas zonas; a organização da produção agrícola e industrial, e dos serviços públicos, ou seja, «apoderar-se das terras, fábricas e empresas comerciais cujos donos tinham desaparecido ou eram considerados como reaccionários, isto é, de quase todas as propriedades de todas as dimensões» (*idem*, p. 239). E acrescenta: «Não havia uma regra geral para pôr isso em prática. O procedimento foi deixado à discrição dos *comités* locais e mesmo o Governo de Frente Popular de 4 de Setembro, com Largo Caballero à cabeça, se absteve de ditar qualquer política geral sobre o assunto.»

Não se tratando aqui de fazer a história deste período, em que a fase pré-revolucionária atingiu o mais alto das suas contradições e da sua característica instabilidade, cabe contudo referir o caso particular das regiões onde o peso considerável dos anarquistas levou a numerosas experiências de colectivização extremamente interessantes e positivas [11]. Aí realizou-se, de facto, uma verdadeira revolução ao nível das relações de produção, com base num igualitarismo radical, na abolição do dinheiro, no «contar com as próprias forças»,

---

[11] Para uma completa descrição destas experiências em Aragão, no Levante, em Castela e na Catalunha, ver Gaston Leval, *L'Espagne Libertaire 1936-1939* (Éditions Archives Revolutionnaires, 1971). Ver também V. Richards, *L'Enseignement de la Revolution Espagnole*, Colecção 10/18, 1975, sobretudo os Cap. IX e X. Ambos os autores são militantes anarquistas.

mas aí também se demonstrou a inviabilidade de uma revolução que não conquista o poder de Estado: este, o poder de Madrid (depois de Valência), acabou por sufocar todo esse entusiástico «poder das massas», em particular no sector industrial, pelo corte de créditos, pelo controlo dos meios de pagamento externos e do comércio externo, pela burocracia de inspectores e controladores que colocou nas empresas. Só no campo agrícola subsistiram, até ao final da guerra, muitas «colectividades». Um relator tão pouco anarquizante como Brenan diz o seguinte: «Tiveram êxito aquelas colectividades? Há múltiplas evidências que demonstram que o tiveram em alguns casos e em grau surpreendente. Até um observador tão céptico como o Dr. Borkenau ficou atónito ante a eficácia de algumas das grandes indústrias de Barcelona e muitos estão de acordo em que as colectividades organizadas no campo catalão trabalharam admiravelmente» (*op. cit.*, p. 240). E conclui, quanto às colectividades industriais: «O Governo central, e especialmente os comunistas e socialistas que o integravam, queria pô-las sob o controlo directo do Estado. Com este desígnio, deixou de fornecer-lhes créditos para a compra de matérias-primas e, assim, logo que as reservas de algodão se esgotaram, as fábricas de tecidos deixaram de trabalhar» (*idem*, *idem*). Quanto às fábricas de armamento, onde se manteve uma exemplar disciplina, «desde Junho de 1937 que a produção diminuíra devido à incrível burocratização criada pelo Governo. Um verdadeiro exército de inspectores e directores, que deviam os seus cargos a razões políticas (isto é, a serem comunistas ou dependentes deles, como era o P.S.U.C.), invadiu as fábricas desmoralizando com a sua presença os trabalhadores» (*idem*, p. 240, nota 2). Em resumo, aqui, contrariamente à Rússia de 17, o poder de Estado burguês (o que era a Frente Popular?) triunfou do poder das massas. A partir de meados de 37, a guerra civil deixa de ser uma guerra revolucionária: é sobretudo uma guerra da burguesia contra a velha aristocracia fundiária, cada lado contando com os seus

apoios político-militares externos, os quais acabaram por decidir da contenda.

A impossibilidade de um Governo de Frente Popular levar a «revolução até ao fim» é igualmente ilustrada pelo caso chileno. Aí, a aposta do Governo de Unidade Popular foi a de uma transição para o socialismo por via institucional. Joan Garcés, um dos mais próximos colaboradores do presidente Allende e teorizador político da experiência de Unidade Popular, escreve ainda em Dezembro de 1972: «Falta mostrar, na prática, que a via político-institucional [por oposição à via insurreccional] pode conduzir à hegemonia política da classe operária e tornar possível a transição para o socialismo; o processo chileno é aquele que foi mais longe nesta via» (*PC*, pp. 310-311, num capítulo que justamente se intitula «Via Insurreccional e Via Política: Duas Tácticas»). Numa nota escrita posteriormente ao golpe de Pinochet, o mesmo autor, embora insistindo na viabilidade da via «política», reconhece contudo: «A U. P., à qual a via insurreccional estava vedada antes como depois de 1970 (o que nunca foi compreendido por muitos dirigentes), não soube encontrar os meios necessários *contra a insurreição* burguesa. Nem ao nível das instituições do Estado, para evitar a precipitação prematura da sua crise, nem — o que é muito mais grave — criando novas formas de organização de massas para *dissuadir* e depois, se isso fosse insuficiente, para conter a burguesia quando ela se preparasse para a insurreição, e finalmente para vencê-la se ela conseguisse desencadear a violência» (*idem*, p. 313). Isto é, as organizações de massa são vistas como uma *criação* do poder de Estado, que ele «não soube» concretizar. Significativa desta atitude é ainda uma passagem, no mesmo texto de 72, em que J. Garcés fala das várias formas que manifesta o poder popular e acrescenta que «a Unidade Popular não tem o poder necessário para impor a sua institucionalização através dos mecanismos regulares», esclarecendo em nota de 74: «Impossibilidade devida, uma vez mais, à ausência de uma maioria no Parlamento»! Esta preocupação

de integração-institucionalização dos órgãos de poder popular feita *pelo Governo de U. P.* inspira-se no raciocínio exposto na mesma obra, algumas páginas antes, segundo o qual o «duplo poder» só tem sentido no caso da via insurreccional. «Não há dualidade de poder sem conflito de poder» (*idem*, p. 292): ora, no Chile, «as manifestações do poder popular não podiam entrar em relação de antagonismo com o Governo da U. P. nem, por conseguinte, com o regime legal: elas deviam criar-se, organizar-se e agir de acordo com as instituições governamentais» (*idem*, p. 304). Não é esta, contudo, a visão não só de numerosos observadores, como, sobretudo, de muitos militantes de partidos representados no próprio Governo (sem falar de organizações de extrema-esquerda extragovernamentais). É bem conhecido o caso da «Assembleia Popular» de Concepcion, criada em Julho de 72 pelo M. I. R. e por militantes socialistas, radicais, do M. A. P. U. e da Esquerda Cristã (nas reuniões preparatórias estiveram mesmo dirigentes regionais do Partido Comunista, mas receberam depois ordem de se retirar). Allende considerou-a uma «estrutura ilegal» intolerável pelo Governo. São aliás numerosas as iniciativas populares, umas enquadradas partidariamente, outras não, que se multiplicaram no Chile entre 70 e 73 — umas constituindo uma revitalização de estruturas vindas de trás (conselhos de camponeses, *comités* de bairro), outras desenvolvidas, nos primeiros tempos, ainda em articulação com o poder (as Juntas de Abastecimento e Preços, destinadas inicialmente ao combate à especulação, vindo depois a constituir autênticos circuitos de distribuição popular), muitas outras, enfim, constituindo de facto embriões de um «novo poder» (sobretudo a nível local, mais tarde esboçando estruturas de coordenação), como as organizações de *pobladores* [12], os cordões industriais e os comandos comunais. Vejamos mais de perto o que são estes dois últimos. Alain Touraine, escrevendo localmente em 2 de Agosto de 73, diz: «Aconteça o que acontecer den-

[12] Ocupantes ilegais de terrenos urbanos para habitação.

tro de alguns dias ou de alguns meses, o Chile terá fornecido ao movimento revolucionário uma forma original: *os cordões industriais*. Militantes de fábricas geralmente ligados ao sector social ou sob intervenção agrupam-se sobre uma base territorial: umas dezenas de empresas formam o ponto de partida de um cordão. [Santiago] encontra-se rodeado e penetrado pelos cordões. O mesmo acontece em Valparaíso. Por vezes atinge-se a etapa seguinte: forma-se um *comando comunal*, esboço dum poder local paralelo que, por sua vez, prepara um poder popular» (*Vida e Morte do Chile Popular*, p. 22). E mais adiante: «O que são os cordões? Antes de mais nada, são organizações de classe. O tema da sua acção é a expropriação dos patrões, a manutenção e a extensão das ocupações. Até os operários das mais pequenas empresas ocupam os locais, afastam o patrão e querem passar para a A. P. S. (Área de Propriedade Social). (...) Mas este movimento de classe, que mobiliza operários e sindicatos, visa a criação de uma organização territorial, por desconfiança contra o Governo, por hostilidade no que se refere a outros elementos do Estado, por antagonismo no que respeita às forças armadas, que por sua parte intervêm frequentemente, com uma extrema brutalidade, nas fábricas ocupadas e até nos locais sindicais, em nome da lei de controlo das armas, votada em Abril [de 73]» (*idem*, pp. 23-24). Note-se que a forte aceleração e expansão dos órgãos de poder popular foi principalmente provocada pela greve reaccionária insurreccional (transportes, comércio, profissões liberais) de Outubro de 72, e conheceu um espectacular alargamento depois do golpe militar frustrado de 29 de Junho. O mesmo é dizer que, perante a impotência do Governo da U. P. face a uma direita cada vez mais provocatória, é o movimento de massas que se levanta e se reforça: a exigência do duplo poder manifesta-se então, embora, uma vez mais, não tenha havido uma direcção política que assumisse essa exigência, essa «nova legalidade» em acto, e lhe desse o impulso insurreccional. Não nos cabe discutir em que medida teria havido força suficiente para avançar

vitoriosamente nessa direcção, face às armas do poder militar e às do imperialismo. De qualquer modo, o resultado não poderia ter sido mais sangrento do que acabou por se verificar. Não deixa de ser doloroso ler ainda a seguinte passagem de J. Garcés, quando pretende caracterizar as diferenças entre o Chile de 72 e a Rússia de 17: «Em 17, era claro para os protagonistas que a única solução para a situação insustentável do Governo institucional de Kerenski era ou a ditadura de Kornilov — isto é, da classe dominante russa, apoiada pelo sector conservador do exército — ou a ditadura do proletariado. Dificilmente podia haver outra saída, nas circunstâncias que o país atravessava» (*PC*, p. 293). Haveria no Chile também *outra saída*? Os dirigentes da U. P. convenceram-se, até ao fim, de que havia: «Todo um sector da U. P. acreditava, a 10 de Setembro de 1973, que a situação de guerra civil podia ainda ser evitada» (*PC*, p. 308).

Uma coisa é certa: o elemento de duplo poder, uma vez mais sem atingir o vigor e a rigorosa demarcação que se verificou em 17, surgiu de novo na situação caracterizadamente pré-revolucionária chilena. Em qualquer dos casos, espanhol e chileno, mais no último, o «poder das massas» não pôde (ou não teve tempo?, ou foi «adormecido» pela natureza de Frente Popular do Governo legal?, etc.) chegar a elevar-se ao nível de «contrapoder de Estado» [13]. Merece aqui uma referência especial o equívoco, ou a contradição central, dos governos que a si próprios se intitulam «ao serviço dos trabalhadores», porque neles participam partidos fortemente implantados no proletariado e em outros sectores vastos de trabalhadores, mas que, por outro lado, por compromissos políticos que consideram imprescindível respeitar (sempre «para evitar a guerra civil»...), privilegiam sempre a legali-

[13] É útil registar aqui, para se compreender a que ponto se pode sofismar com a questão do duplo poder, a posição do dirigente comunista chileno Sergio Ramos, segundo a qual «a presença de partidos operários no Governo significa "uma situação de duplo poder" no interior do aparelho de Estado, que será assim pouco a pouco ganho pelo proletariado» (*in* artigo de C. Rossi, *CEP*, p. 236).

dade burguesa em detrimento da legalidade revolucionária. É certo que as suas fraquezas e hesitações permitem avanços consideráveis da luta de massas, mas, simultaneamente, a sua imagem e a sua política de «prudência» tendem a manter as massas desenquadradas e, em última análise, desmobilizadas.

Quanto à segunda característica enunciada das situações pré-revolucionárias, o *desmoronamento económico* dos mecanismos tradicionais, não valerá a pena exemplificá-la longamente, pois nas considerações feitas sobre a dualidade de poderes já se encontra o próprio fundamento de tal situação. No momento em que as massas *transgridem* as «regras» estabelecidas no campo das relações de força sociais, é *inevitável* que o sistema económico vigente paralise, se desarticule. Se nos cingirmos aos sectores propriamente capitalistas das três formações sociais cujos processos estamos percorrendo, em todos eles se verificam exactamente as mesmas «reacções»: fugas de empresários, entesouramento e saídas maciças de capitais, desvalorização *real* da moeda, fecho de empresas (desemprego), inflação, escassez de bens e racionamento (logo: especulação), paragem dos investimentos, quebra da produção, desequilíbrio dos pagamentos externos, boicote internacional, etc., etc. Alguns exemplos já foram dados (em particular no caso espanhol). Alguns mais se podem acrescentar. Quanto à Rússia de Fevereiro-Outubro de 17: «A 10 de Maio compareceram perante o Governo de coligação os dirigentes das indústrias metalúrgicas. Declararam que as fábricas não podem trabalhar mais, que a ruína económica se aproximava da catástrofe pois os operários exigiam um aumento impossível de salários.» «No Congresso dos Cadetes [14], Koutler (presidente dos Congressos do Comércio e Indústria) pintou um quadro ainda mais negro da ruína da "indústria nacional" provocada pela Revolução, apontando como causa principal "a anarquia e as exigências excessivas dos operários"» (A. Pankratova, in *COA*,

[14] Partido que se poderia, sob reserva da diferença de situações, pôr em paralelo com os nossos C. D. S. - P. P. D.

p. 108). Em consequência, «os empresários submetiam-se por vezes e chegavam a acordo com os *comités* de fábrica, mas mais frequentemente faziam retaliações declarando *lock-outs* ou fechando as empresas» (*BR-II*, p. 63). Ainda segundo Carr, um autor contemporâneo «fala de "uma redução artificial da produção" e no "fecho maciço de empresas" antes de Outubro de 17», e, «de acordo com estatísticas citadas por Milyutin, 568 empresas empregando cem mil trabalhadores foram encerradas entre Março e Agosto de 1917, tendo o número aumentado de mês para mês» (*idem*, p. 63, nota 3). Por outro lado, «nos oito meses que separaram as revoluções de Fevereiro e Outubro, enquanto o volume de notas em circulação duplicou, os preços triplicaram» (*idem*, p. 259). Em termos globais, A. Nove fala em «colapso geral», «inflação rápida», «situação aproximando-se do caos nas cidades e nos campos», «sociedade em desintegração» (*EH*, pp. 31-32-33). E, como se sabe, um dos textos mais importantes de Lenine desse período intitula-se justamente «A Catástrofe Iminente e os Meios de a Esconjurar». Mas, sublinha Nove, e é importante para a questão que aqui nos interessa, que, embora tenha efectivamente havido casos de sabotagem deliberada, «parece improvável que mais do que uma mão-cheia de empresários tenha tentado *conscientemente* tornar impossível a marcha da economia e a acção do Governo. Mas o que houve, sem dúvida, foi uma *reacção* deles ao que lhes parecia uma excessiva pressão dos *comités* de fábrica» (*op. cit.*, p. 32; sublinhados — J. M. P.).

Passando sobre o caso espanhol, cujos exemplos dados acima, a páginas 101-102, são de momento suficientes[15], referiremos agora apenas alguns depoimentos relativos a comportamentos paralelos no Chile de Allende. Assim, ainda que no

[15] Acrescente-se apenas esta «saborosa» passagem do livro citado de G. Jackson, e que tem particulares ressonâncias para os que têm vivido o «caso português»: «Em fins de Março [1933], a Union Economica, que representava um conjunto de homens de negócios e de economistas teóricos, queixava-se ao Governo [Azaña] de que as tendências "socializantes" deste tinham criado um clima de insegurança na indústria» (*RE*, p. 141).

primeiro ano do Governo de U. P. (1971) os resultados económicos globais tenham sido auspiciosos, através de uma política de aumentos salariais e de despesas públicas que permitiu utilizar capacidades produtivas desaproveitadas [16], os factores de desagregação começaram a «trabalhar» desde os primeiros tempos do novo Governo. Assim, «a retirada de fundos bancários começou desde que foram conhecidos os resultados eleitorais. Em menos de dez dias quinze por cento dos depósitos tinham sido retirados. O mesmo movimento afectou as caixas de poupança. A fuga dos capitais completava o trabalho e o dólar subiu em flecha no mercado negro. Mais de metade das empresas anulou ou adiou as encomendas, para que a paralisia económica acompanhasse a falta de capitais. Estava ainda o Governo nas mãos de Frei e o seu ministro das Finanças, Andrés Zaldivar, aumentava as dificuldades pelos seus discursos alarmistas sobre o caos [que se iria seguir — J. M. P.]» (*CT*, p. 172). C. Rossi sumaria do seguinte modo os elementos de «sabotagem» cuja acção acabou por conduzir em 72 a uma situação económica catastrófica: «Retirada de depósitos dos bancos; fuga de capitais para o estrangeiro (270 milhões de dólares em 72, oficialmente declarados, isto é, sem contar as transferências clandestinas); paragem nos investimentos (recusa de ampliar e modernizar as instalações, mas também de conservá-las; distribuição de reservas aos accionistas; vendas de material produtivo, muitas vezes como meio de evasão de capitais); sabotagem da produção agrícola (face à ameaça da reforma agrária, cessa o investimento e vende-se mesmo gado para a Argentina); retenção clandestina de mercadorias para provocar a escassez artificial e vendê-las no mercado negro; recusa de muitos empresários

[16] O. Duhamel diz que «foram aplicadas audaciosamente as ideias de Keynes, dando-lhe um alcance progressista particular». Resultados: em 1971 o P. I. B. aumentou de 8,5 por cento, a produção agrícola de 5,8 por cento, a produção industrial de 12,1 por cento, a construção de 12,1 por cento; a inflação baixou (de 35 por cento em 1970) para 22,1 por cento, o desemprego de 7,2 por cento para 3,9 por cento da população activa.

em fabricar produtos com preços controlados» (*CEP*, pp. 233-234). O próprio *New York Times* constata que «a burguesia está desagregando a situação económica do país» e refere despedimentos, não execução (pelos latifundiários) dos trabalhos para a campanha seguinte, venda de «vacas grávidas para realizar fundos líquidos», estagnação do investimento, indústrias próximo da falência, etc.

A terminar este ponto, resta retomar brevemente a questão, já acima aflorada (p. 95), da «intencionalidade» dos actos que conduzem, em tais situações, ao «desmoronamento» ou ao «caos» económico. Queremos referir-nos, bem entendido, à intencionalidade *política*: na generalidade, o industrial que deixa de fazer um investimento, o proprietário agrícola que não faz sementeiras e vende gado, o simples cidadão que retira o dinheiro do banco — actuarão eles deste modo com a *intenção consciente* de fazer ruir a economia e, por via disso, abater um Governo «de esquerda»? Ainda que a boa parte deles (e no caso do «simples cidadão» confundem-se por certo muitos impulsos políticos *divergentes*) interesse de facto tal objectivo, o móbil primordial que os leva a agir dessa forma é, certamente, o que tem origem na própria *lógica* do sistema económico: por um lado, a *falta de confiança* no prosseguimento normal dos negócios, na possibilidade de obter lucros, na simples viabilidade de manter a *sua* propriedade; por outro, a *falta de confiança* na segurança dos depósitos bancários, na estabilidade da moeda, associada ao pressuposto ideológico que identifica *dinheiro* com *riqueza* e com *segurança*. E, precisamente porque se trata de um «sistema», o conjunto destas acções individuais, que se reforçam umas às outras, constitui um verdadeiro mecanismo de *reacção global* que tende a restituí-lo, por numerosas mediações — uma das quais, decisiva, é justamente a política —, ao seu estado inicial. É, no fim de contas, a forma *automática* que a classe dominante, ameaçada no seu poder político, mas controlando ainda a actividade económica, encontra para sair duma fase da luta de classes em que a sua posição é desfavorável. Ou seja, o «desmoro-

namento económico» é uma expressão patente da própria luta de classes, que, como é sabido, se processa independentemente da consciência *individual* que cada um tem de estar a participar nela.

É o que, a respeito do Chile, exprime O. Duhamel (*op. cit.*, p. 172) quando diz: «Não é fácil distinguir os pânicos espontâneos das sabotagens organizadas.» E também Rossi (*op. cit.*, p. 234): «Esta política sistemática de sabotagem económica é, por um lado, a resposta "instintiva" da burguesia à "insegurança" representada por um Governo dominado por partidos operários (mesmo reformistas), por outro um plano deliberado visando quer derrubar Allende pela criação duma situação de caos económico, quer ganhar as eleições de Março de 73, explorando o descontentamento gerado pelas dificuldades (que ela própria criou...).» O mesmo sucede, aliás, com as acções externas de boicote, quebra de encomendas, recusas de crédito, etc.: as duas componentes estão sempre presentes. De facto, tanto o «sistema» como a luta de classes ultrapassam largamente as fronteiras nacionais.

Após tudo isto, é bem fácil compreender a terceira das características apontadas para as situações pré-revolucionárias: como, em face do exposto, admitir que governos de coligação mais ou menos heterogéneos possam ultrapassar a crise, procurando «conquistar» os trabalhadores por medidas que lhe retiram a confiança da burguesia, mas ao mesmo tempo buscando tranquilizar esta através do «respeito pela legalidade (burguesa)» e da garantia de certos privilégios, coisas em que ela não acredita mas que faz ao Governo perder a confiança dos trabalhadores? Não interessa discutir se é desta fraqueza congénita que surgem as situações de duplo poder e o «caos económico», ou se é o contrário: na realidade, as coisas implicam-se umas às outras. E deve dizer-se que, até hoje, só foi possível sair de tal impasse pela violência — revolucionária ou reaccionária. É, afinal, o dilema que Garcés apontava para a Revolução Russa (como não sendo aplicável ao Chile), e que já Rosa Luxemburgo «teorizara» da seguinte forma: «Ne-

nhuma revolução pode manter o *juste milieu*, a sua lei natural exige decisões rápidas: ou a locomotiva escala a vertente histórica a todo o vapor até ao cimo, ou, arrastada pelo seu próprio peso, volta a descê-la até ao fundo, donde tinha partido, e precipita consigo no abismo, sem esperança de salvação, *todos aqueles que, com as suas fracas forças, queriam aguentá-la a meio caminho*» (*RR*, pp. 63-64; sublinhado — J. M. P.). Esses que pretendem «aguentá-la a meio caminho» são geralmente os «democratas intransigentes», que tentam, a todo o preço, manter-se dentro do quadro institucional parlamentar, ou, como na Rússia e na primeira fase da República espanhola, se recusam a «reformas de fundo» enquanto o «sufrágio universal não legitimar as novas instituições». Outro aspecto típico destas situações é o que diz respeito ao meio por que tais governos tendem sempre a procurar combater situações económicas efectivamente catastróficas: a batalha da produção. Tenta-se galvanizar a população trabalhadora para a *produção*, para *salvar a economia*, e com ela o Governo que dos trabalhadores se reclama, que se diz «ao seu serviço». O economista chileno Pio Garcia, favorável à política da U. P., exprime este ponto de vista com clareza: «Ganhar esta batalha [da produção] corresponde ao interesse geral das forças revolucionárias, a fim de impedir que se criem situações de crise de que se aproveitariam os reaccionários para criar o caos e tentar recuperar o Governo» (*CEP*, pp. 258-259). E explica a «lógica» da Revolução Chilena: «Se o Governo popular e a direcção política dos seus partidos *forem capazes* de impor a criação de um sector público e consolidar o seu carácter predominante na economia, *se forem capazes* de substituir o critério capitalista de lucro máximo pelo critério da planificação socialista, de assegurar o controlo dos trabalhadores sobre a marcha da economia, de desenvolver o poder dos trabalhadores até que substitua o poder existente, e de construir um novo Estado popular sob a direcção do proletariado, então todo o processo não conduzirá à renovação do capitalismo mas à construção irreversível do socialismo» (*op. cit.*, p. 266; sublinhados

— J.M.P.). Só que não se tratava, nem se trata nunca, em tais casos, de *ser ou não ser* capaz. Trata-se de *ter ou não ter* força *política* para não permitir justamente que se continue a reproduzir o sistema capitalista. «"Produzir primeiro", dizem os reformistas chilenos aos trabalhadores (como o P. C. F. em 45: toda a semelhança é pura coincidência...), substituindo assim uma pseudo-solução económica à verdadeira solução *política* do problema» (C. Rossi, *CEP*, p. 234). «Relançar uma economia sem, ao mesmo tempo, se preocupar com a alteração das suas estruturas, significa estimular a sua reprodução exactamente tal qual» (R. Marini, *CEP*, p. 240).

Não nos é possível ultrapassar estas breves notas sobre as fases pré-revolucionárias. Parece-nos, contudo, serem suficientes para deixar esboçada a sua caracterização e sobretudo a sua congénita instabilidade. Nesses períodos são sempre «moderados» que tentam governar, conciliar, resolver problemas insolúveis: são épocas de agudização muito grande da luta de classes, pelo que se assiste sempre a uma radicalização de posições que acaba por deixar os «moderados» a governar no vazio e, por fim, a ser varridos da cena política. A República espanhola é, a esse título, exemplar: através das próprias eleições (que se sabe quanto deformam a relação de forças *existente* em termos de luta de classes), no período de 1931-36, se detecta esse fenómeno. A sucessão é concludente: vitória da esquerda «republicana», vitória da direita «democrática» (no sentido em que aparenta respeitar as «regras»), vitória da Frente Popular, golpe fascista, guerra civil.

AS ETAPAS DA TRANSIÇÃO

Na China e em Cuba não houve fases pré-revolucionárias com as características apontadas. Foi a luta armada que precedeu a conquista do poder. A dualidade de poderes não se manifestou aí como coexistência de dois poderes sobre o mesmo território, mas como existência de dois poderes, cada um exer-

cendo-se sobre o território controlado pelas respectivas forças armadas. O mesmo sucedeu nos processos revolucionários em países sob directo domínio colonial: através da luta de libertação estabeleceram-se «zonas libertadas» onde o novo poder revolucionário se instalou e se exerceu plenamente, sem partilha. A primeira etapa da transição para o socialismo assume características distintas em tais casos e no da Rússia Soviética, em que não houve luta armada *antes* da conquista do poder, vindo ela a surgir *depois*. Por comodidade de exposição, designaremos essa primeira etapa como a de «consolidação» — política e económica, em particular.

Em qualquer dos exemplos históricos conhecidos, e especificamente naqueles três que nos servirão de ilustração — Rússia Soviética, China, Cuba —, assiste-se, num primeiro período desta etapa de consolidação, a uma aceleração do processo de «desagregação» económica: perdida a batalha do poder político de Estado, é para o campo económico, onde as antigas classes dominantes ainda são preponderantes, que se vai deslocar a luta de classes — se bem que o confronto continue a ser eminentemente político e ideológico. É nesse momento que se vão dar fugas em massa (de patrões, de técnicos, de capital, etc.), que a produção vai decrescer em flecha, que se vão criar condições para «afastar» da revolução as massas com consciência política menos sólida, que, tendo embora participado na luta revolucionária ou acolhido entusiasticamente o poder revolucionário, poderão vacilar ante os sacrifícios e durezas que impõe o desenquadramento súbito das empresas e dos serviços públicos, a paralisia dos circuitos económicos tradicionais, as carências de abastecimento — que tais são as consequências inevitáveis da acção, «deliberada» ou «espontânea» pouco importa, das classes que antes detinham o aparelho económico e político. Aqui observa-se desde logo uma regra (não lhe chamamos «lei», nem mesmo tendencial): as dificuldades são tanto maiores, e o período necessário para a consolidação tanto mais prolongado quanto mais breve foi o período de luta armada *antes* da conquista do poder. Com-

preende-se que assim seja. Quando ao longo de mais de vinte anos, como na China, se adquiriu uma experiência de administração e de relação revolucionária com as massas (elas próprias largamente empenhadas na luta) nas zonas libertadas, tanto mais rapidamente se *domina* o sistema de produção e distribuição, se reconstitui, *em novas bases*, o sistema administrativo. Por outro lado, a desagregação do sistema anterior foi-se processando ao longo dos anos de luta revolucionária, os representantes da antiga classe dominante não são «colhidos de surpresa» pela vitória popular: após esta já não há muito mais para destruir ou para levar consigo. As tarefas de reconstrução podem começar, exagerando, *quase* no dia imediato ao da tomada do poder. É assim que, no livro já citado de Hughes e Luard, se descrevem os esforços de reconstrução económica empreendidos com êxito desde a tomada do poder pelo P. C. Chinês (estabilização monetária, criação de companhias comerciais públicas, reparação e reentrada em funcionamento das principais vias férreas, etc.) e ainda antes, nas zonas cada vez mais vastas que o exército popular ia sucessivamente ocupando. Mas, sublinham aqueles autores, «não há dúvida que, a despeito destes esforços, no período que se seguiu imediatamente à vitória dos comunistas, a economia foi submetida a abalos muito sérios. Para além da desordem associada inevitavelmente à guerra civil e a uma mudança de Governo, o triunfo de um regime comunista despertou naturalmente uma apreensão geral e um sentimento de incerteza nos meios de negócios» (*DE*, p. 40). E referem numerosos fechos de empresas, penúria de matérias-primas, severas carências alimentares em certas regiões, «dificuldades acentuadas pelo bloqueio dos portos da China do Sul tentado pelas autoridades da Formosa nessa época». De qualquer modo, não é fácil destrinçar, nesta primeira etapa, que durou três escassos anos, o período de «queda» e o de «recuperação». O inverso se deu em 17: durante nove meses (Fevereiro a Outubro) assiste-se a um «desmoronamento» gradual do sistema ainda que em *crescendo*. Mas, após a Revolução de Outubro, man-

tinham-se muito sérias as *chances* da contra-revolução: a paralisação da administração e da economia, bem como a acção militar, ambas contando com fortes apoios externos, ainda constituíam largo campo de acção para as forças contra-revolucionárias. E elas não deixaram de o utilizar, só após alguns anos se vendo derrotadas sem apelo — mas, como já vimos, deixando a Revolução numa situação que já continha os germes da conhecida «degenerescência» dos seus ideais iniciais. O caso de Cuba é, obviamente, intermédio entre um e outro, sendo ainda aí bem marcado este primeiro período — a luta armada foi, se assim se pode dizer, demasiado rápida, e os seus contornos ideológicos estiveram até à vitória (e mesmo depois) suficientemente mal definidos para deixar à potência colonizadora (os Estados Unidos) e aos seus agentes locais «esperanças» que, felizmente, não vieram a concretizar-se. Sucede mesmo que tais «esperanças» se terão prolongado durante os dois primeiros anos: em 59 e 60 verifica-se mesmo uma razoável situação económica (Bettelheim, no artigo «Cuba em 1965», referência bibliográfica 29, fala de *essor economique* nesses dois anos). Recorde-se, aliás, que a lei da nacionalização das principais empresas só intervém em 13 de Outubro de 1960. É em meados de 60, a partir da «questão das refinarias» e das primeiras sanções americanas, que se intensifica a partida maciça de empresários, quadros e técnicos. Após essa fase «hesitante», em que se discutia apaixonadamente, dentro e *sobretudo* fora de Cuba, se «Castro é ou não comunista», inicia-se, propriamente, o período de «queda económica» característico destas fases revolucionárias. Hugh Thomas, no seu livro extremamente anticastrista *Cuba ou os Caminhos da Liberdade* (no entanto útil pelo pormenor factual do desenrolar dos acontecimentos), constata que, já em 1960, «uma corrente constante de emigrantes continuava a vir para os Estados Unidos, negociantes, fazendeiros, conspiradores, homens com família e famílias sem chefes» (*op. cit.*, p. 507). E René Dumont assinala que «uma parte da burguesia cubana, ligada aos E. U. A., despedia os operários, não renovava os

stocks, baixava a produção» (*CSD*, p. 41). Para se ver a que ponto os meios económicos e financeiros internacionais jogam um papel decisivo nestes momentos, em particular em países fortemente dependentes, basta referir que em fins de Junho de 60 o secretário de Estado americano propôs ao Congresso a aprovação de uma lei que permitisse cortar a quota açucareira a Cuba, ao que Fidel Castro ripostou três dias depois ameaçando com a expropriação de empresas americanas. Tratava-se ainda só de «propostas» e «declarações de intenção»: pois, segundo H. Thomas (*op. cit.*, p. 511), «as consequências imediatas destas trocas de afirmações foram a queda dos preços mundiais do açúcar»! A partir de então, desde o boicote económico aberto, interno e externo, às fracassadas expedições militares, muito ainda pôde ser tentado pela antiga potência-classe dominante: daí que os anos 61-63 tenham obedecido com razoável rigor aos traços gerais que indicámos.

Este período de queda mais ou menos vertiginosa (como o seguinte, de recuperação/transformação) é geralmente bastante rico em experiências e, naturalmente, também em erros. Já demos (Cap. I) alguns elementos sobre o comunismo de guerra na Rússia Soviética. Vimos como se sobrepuseram, de forma a tornar-se difícil destrinçá-las com rigor, uma parte de *necessidade* (a condução de uma economia de guerra, com dramáticas carências de transportes e de abastecimentos) e uma parte de *voluntarismo comunista*, que chegou a pretender ver no «sistema» uma passagem directa ao comunismo. Este foi um caso-limite, imposto por condições catastróficas agravadas pela guerra civil. E por isso também se ensaiaram soluções-limite (ou a elas se foi obrigado), de que o exemplo mais frisante é a quase abolição da moeda e tentativa da sua substituição por unidades-trabalho e unidades-mercadoria. Também por isso, a solução encontrada para o período seguinte, de recuperação económica, foi igualmente a mais radical: a N. E. P., ou retorno praticamente total aos mecanismos de mercado e aos critérios capitalistas de rendibilidade. Mas também vimos como, em face de tais dificuldades, cria raízes

práticas a noção de que o socialismo implica *critérios* e *motivações* opostos em absoluto aos critérios e motivações de uma economia capitalista. É em torno destas questões, que são essencialmente *políticas*, que se têm de dar os primeiros passos em direcção ao socialismo.

Nos casos chinês e cubano combinaram-se, mais acentuadamente no primeiro que no segundo, os ensinamentos de uma luta prolongada em contacto directo com as massas camponesas (largamente maioritárias, como aliás na Rússia de 17), os efeitos da cultura própria de cada um dos países, um sentimento muito vivo de unidade contra o «colonizador estrangeiro», as lições da própria experiência soviética, de forma a desenvolverem-se modelos «não ortodoxos» (em relação justamente ao modelo soviético) para atacar os problemas do arranque revolucionário. Isto, aliado à ausência de guerra civil ou intervenção estrangeira (se bem que Cuba tenha permanentemente vivido sob essa ameaça, que só se materializou na episódica fantochada da baía dos Porcos, em Abril de 61), permitiu que pudesse ser evitada uma «grande retirada» tipo N. E. P. e, pelo contrário, que houvesse uma certa gradualidade em ambos os processos. O segundo período desta primeira etapa, período de «recuperação», em que voltam a atingir-se os níveis de actividade económica anteriores à vitória revolucionária, vê antes acentuarem-se as «novas formas» de organização económica que serão os embriões da futura economia socialista. O que é possível porque, em ambos os casos, se considera prioritária a luta política e ideológica, a mobilização e educação das massas; se procura dar combate às relações mercantis (ainda que de forma voluntarista, impondo certos recuos, mas com forte *eficácia* ideológica), aos estímulos materiais, ao espírito individualista; se privilegiam os valores de uso, a criatividade, a «consciência das próprias forças»; se busca introduzir uma «nova racionalidade» — ainda que também à custa, inevitável, de «novos desperdícios» nos primeiros tempos.

O problema da aliança operário-camponesa, que esteve no centro das dificuldades soviéticas, dado nunca o Partido Bolchevique ter tido apreciável implantação junto dos milhões de camponeses russos, e se ter visto na emergência de seguir a política de «requisições forçadas» durante o comunismo de guerra, problema esse que só pôde vir a ser «resolvido» por Estaline, da forma repressiva que se conhece, a partir de 1929, pôs-se com muito menor acuidade em qualquer dos outros dois casos, ao ponto de poder dizer-se que não foi essa a questão *política* determinante do «ritmo» do avanço revolucionário (ou que, se foi, o foi num sentido positivo). Com efeito, na China, a aliança com os camponeses pobres vinha consolidada dos longos anos de guerra popular, a reforma agrária estava já avançada em vastas zonas muito antes da vitória total de 49. «Em Junho de 50, quando a lei [da reforma agrária] foi publicada, a reforma agrária já fora realizada na China do Norte e em outras regiões, compreendendo uma população rural de 145 milhões de pessoas [a população total da China em 1949 era da ordem dos 550 milhões — J.M.P.]. O processo de redistribuição foi então progressivamente estendido para o Sul, ao resto do país. (...) Em Dezembro de 52 estava praticamente concluído» (*DE*, p. 168). A passagem desta fase inicial de redistribuição das terras à fase de colectivização pôde, devido às circunstâncias apontadas, ser mais rápida que na Rússia Soviética (a colectivização estava praticamente concluída ao fim de dez anos) e com muito menos «sobressaltos». Vale a pena fazer uma longa citação daquela obra, que, recordamos, está longe de ser apologética: «Parece haver várias razões pelas quais os Chineses evitaram os efeitos desastrosos provocados pelo esforço de colectivização na União Soviética. Primeiro, puderam aproveitar da experiência dos Russos; cuidaram de evitar a violência com que foi conduzida a campanha contra os *kulaks* e o carácter súbito e imprevisto da campanha-relâmpago de colectivização integral na Rússia. Os Chineses, ainda que eliminando a classe dos proprietários, tiveram o cuidado, ao formular as disposições

da lei da reforma agrária, em não alienar os camponeses ricos, e conseguiram, ao que parece, integrá-los na nova economia agrícola sem perder contudo o apoio dos camponeses pobres e sem terra (...) agiram por etapas sucessivas, começando lentamente com o estabelecimento de equipas de entreajuda (...). A cada etapa, os camponeses terão esperado que a etapa em curso iria durar mais do que realmente acabava por durar. Mas o Governo nunca dissimulou o facto de que a sua intenção final era a "socialização dos campos"; e assim as últimas decisões nunca provocaram a reacção violenta e apaixonada que se teria manifestado se tivessem sido tomadas de repente e sem pré-aviso» (*DE*, p. 191). Como outras razões, referem aqueles autores o facto de que os próprios camponeses «se terão apercebido das vantagens puramente materiais que se poderia retirar do cultivo em unidades de maior dimensão» e com «maior cooperação entre si» — o que foi favorecido pela oferta de «melhores condições de crédito, instrumentos mais aperfeiçoados e facilidades de venda aumentadas»; e, enfim, «a pressão moral muito forte» exercida pelo partido e funcionários governamentais. Em resumo, a aliança operário-camponesa *de vanguarda* selada durante a luta de libertação no seio do próprio exército popular e nas zonas libertadas, constituiu uma frente *política* suficientemente sólida e vasta, e *sobretudo* com um conhecimento concreto dos *problemas concretos* das grandes massas camponesas para poder ultrapassar com êxito as várias fases da «revolução no campo».

Também em Cuba, é no seio dos camponeses da Sierra que se desenvolve a luta armada, eles próprios engrossando constantemente o «exército de libertação». Segundo Bettelheim (artigo nas *Recherches Internationales*, 7 Ag. 62) «o exército rebelde formado na Sierra Maestra era constituído em mais de três quartos por camponeses». E o próprio Fidel dirá que «os destacamentos camponeses são as unidades mais eficientes do exército. Os camponeses são os melhores soldados do exército revolucionário». A primeira lei de reforma agrária é publicada ainda na Sierra, em Outubro de 58 (em-

bora geralmente seja conhecida como primeira lei a de Maio de 59). Em contrapartida, é o contacto com os camponeses que inicia a verdadeira *politização*, a partir do concreto, dos dirigentes revolucionários cubanos. Daí que Cuba tivesse podido também evitar a repetição dos «erros» soviéticos, mais tarde imitados em algumas das «democracias populares». Escutemos de novo Dumont: «Contrariamente às reformas agrárias precedentes, Cuba não criou novas explorações, não alargou o seu "campesinato". O que tinha motivos sérios: na Europa Oriental, a repartição de terras de 1945-46 tinha diminuído sensivelmente a produção mercantil dos grandes domínios mais bem cultivados. No caso do domínio do príncipe Esterhazy, na Hungria, a produção terá descido a metade, segundo alguns mesmo a um terço da anterior. Depois estes neocamponeses opuseram uma resistência certa ao reagrupamento dos seus minifúndios, posterior à "viragem" de 49, em cooperativas de produção tipo *kolkhoze*. Donde uma estagnação prolongada da produção agrícola: a Checoslováquia atinge a custo, em 63, o seu nível absoluto de produção de 1938, o que equivale a muito menos *per capita*» (*CSD*, pp. 38-39).

Sem poder aprofundar a questão, parece verosímil a hipótese de que uma implantação sólida do novo poder revolucionário terá tido, nos dois casos, como fundamento primordial, o facto de a aliança operário-camponesa se ter consolidado em bases seguras *antes* da conquista do poder e de ter sido possível evitar a sua ruptura *depois*, através de uma prática política muito atenta às aspirações e nível de consciência política das massas camponesas. O que coloca uma questão central, cuja «solução» nesta primeira etapa do processo revolucionário determina muito do que virá a ser a ulterior «caminhada para o socialismo»: a questão da relação partido-massas, ou poder de Estado-poder das massas.

Vimos como, após 1917, o Partido Bolchevique se viu, a curto prazo, a braços com um problema por certo insolúvel, mas que nem por isso deixa de estar na origem do estalinismo: a guerra civil faz com que se «separem» da Revolução grandes

massas camponesas, que haviam sido momentaneamente mobilizadas para a causa revolucionária pelas perspectivas da paz e da distribuição das terras a que os bolcheviques se haviam comprometido (e cumpriram), e faz também com que se reduza fortemente a base militante proletária (parte incorporada no Exército Vermelho, parte em fuga para os campos por razões de subsistência, parte constituindo quadros do partido e da administração). Segundo Carr (*SC-I*, pp. 110-111): «Os camponeses *aceitaram* a revolução que tinha expropriado os latifundiários e distribuído a terra sob formas que se aproximavam da propriedade individual: se isto era socialismo, eles eram socialistas.» O próprio Lenine, num informe ao VIII Congresso (Março de 19), refere que muitos camponeses dizem: «Viva o poder soviético, mas *abaixo a comuna* (isto é, o comunismo)» (in *Discursos*, referência bibliográfica 7, p. 120). E dois anos mais tarde volta a enunciá-lo desta forma: «Somos bolcheviques, mas não comunistas. Somos pelos bolcheviques porque expulsaram os proprietários, mas não somos comunistas porque eles são contra a propriedade individual» (citado em *BR-II*, p. 169, nota 2). Quanto ao proletariado da grande indústria, ele reduzira-se em 1921-22 a menos de metade do que era em 1913 (*BR-II*, p. 197). No II Congresso Pan-Russo dos Sindicatos, em Janeiro de 19, Rudzutak exprime a sua inquietação pelo facto de o proletariado dos grandes centros industriais «estar a ser absorvido na massa camponesa» (citado em *BR-II*, p. 196). É óbvio que, em tais condições, que eram objectivas e decorrentes de uma situação contra a qual eram obrigados a lutar com todas as suas forças, se tornava praticamente impossível desenvolver a democracia de massas — e, paralelamente, engrossava uma burocracia centralizadora e um aparelho repressivo que acabaram por se instalar em definitivo (na fase da N. E. P. com o «contra-argumento» de que, ao liberalizar totalmente o sistema económico, mais necessários se tornavam os aparelhos de «controlo» e de «vigilância»). Em vários textos, a partir de fins de 1920, Lenine caracteriza o Estado soviético

como um «Estado operário-camponês» e como um «Estado operário com uma deformação burocrática». O que se encontra condensado numa resposta, de Janeiro de 21, a Bukharine: «Um Estado operário é uma abstracção. Na realidade, nós temos um Estado operário com, em primeiro lugar, a particularidade de que é a população camponesa e não a operária que predomina no país, e, em segundo, que é um Estado operário com uma deformação burocrática» (citado em Bettelheim, *LC*, p. 85). E mais tarde, em Janeiro de 22, vai ao ponto de justificar por meio desse conceito uma certa legitimidade de movimentos grevistas: «Nem o Partido Comunista, nem o poder dos sovietes, nem os sindicatos podem de algum modo esquecer ou devem esconder aos operários e às massas trabalhadoras que o recurso à luta grevista, num Estado em que o poder político pertence ao proletariado, só pode ser explicado e justificado por deformações burocráticas do Estado proletário e por toda a espécie de sobrevivências do passado capitalista nas suas instituições, por um lado, assim como pela falta de desenvolvimento político e pelo atraso cultural das massas trabalhadoras, por outro» (*O-II 2*, p. 636).

A própria relação entre poder de Estado-poder das massas pode dificilmente seguir modelos preestabelecidos, apenas se podendo avaliar das experiências concretas pelo grau de *progressão* que se venha a verificar no sentido de um *reforço crescente* do segundo face ao primeiro, na existência de mecanismos que tornem «provável» e «viável» uma futura extinção do próprio Estado (embora se aceite que, enquanto existir um sistema capitalista mundial forte, as relações externas e a defesa dificilmente poderão deixar de subsistir como tarefas do «Estado revolucionário»). Retomaremos esta questão quando perspectivarmos o problema da «natureza de classe do Estado revolucionário». De momento interessa apenas referir que, na etapa que estamos a estudar — a etapa de consolidação do poder revolucionário —, etapa essa em que precisamente se consolida não apenas a economia, mas principalmente a aliança de classes que suportará o desenvolvimento ulterior

do processo, a relação partido-massas terá de estruturar-se de forma a não bloquear o próprio processo. Ela deve permitir a passagem subsequente da «revolução democrática popular» à «revolução socialista», o que significa a *integração* no «projecto» socialista de largas massas que só o farão seu através de uma participação *efectiva*. Era o que Lenine exprimia, no entusiasmo da Revolução de Outubro, ao defender perante o Congresso dos Sovietes a adesão dos bolcheviques ao programa agrário dos socialistas revolucionários: «Em plena vida, ao aplicá-lo na prática, a nível local, os próprios camponeses acabarão por compreender onde está a razão... A vida é o melhor professor» (citado em *BR-II*, p. 42). Só há que acrescentar que não se trata aqui da vida, no sentido corrente da «experiência da vida», com que se justificam todos os conservadorismos, mas da vida como luta, como combate permanente, em que o *político* tem um papel decisivo, em que as contradições têm de ser levadas ao seu limite e resolvidas a cada passo. Daí que, face ao imenso atraso «cultural» nos países predominantemente camponeses, ao esmagador domínio ideológico da burguesia nos países mais desenvolvidos, seja impensável o arranque revolucionário sem uma direcção política segura — a espontaneidade das massas, por si só, não poderá levar a cabo as tremendas tarefas da revolução. Ou seja, a «vida» *apenas* não será professor *suficiente*: é necessário dispor de instrumentos que permitam articular os ensinamentos que a vida fornece e traduzi-los num *propósito* de acção. Marcel Liebman, na sua obra já referida sobre o leninismo, exprime esta ideia do seguinte modo: «Sob certos aspectos, a importância do partido de vanguarda tornou-se mesmo mais importante do que na época em que Lenine elaborou a teoria. O desenvolvimento conjunto do imperialismo, do capitalismo monopolista e do dirigismo estatal reforçou, com efeito, a influência ideológica da burguesia sobre a classe operária; a social-democracia, pelo seu lado, contribui para o exercício desta influência e desempenha com êxito o papel de instrumento mediador. Daí que, juntando-se-lhe o facto

de que aumentam, no seio mesmo do proletariado, factores de diferenciação, a sua *auto*-emancipação se torne mais aleatória do que nunca» (*L-II*, p. 333). O que é verdadeiro não só aplicado à fase da luta pela conquista do poder — em que factores circunstanciais podem levar a uma mobilização excepcional das massas —, mas, a nosso ver, também e principalmente, na fase imediatamente após esse triunfo, de forma a mantê-las mobilizadas ou mesmo a «remobilizá-las» após o «amortecimento» que as múltiplas manobras reaccionárias nesse período poderão produzir (as dificuldades económicas são disso apenas um aspecto). Aliás, nas vésperas da sublevação de Berlim, em que foi assassinada às ordens dos sociais-democratas, a própria Rosa Luxemburgo, tão conhecida pelas suas posições ditas «espontaneístas» mas, na realidade, muito mais do que isso, «antiburocráticas», dizia: «A ausência de direcção, a inexistência de um centro encarregado de organizar a classe operária de Berlim não pode durar mais. Se a revolução tem de progredir, se a vitória do proletariado, o socialismo, tem de ser mais do que um sonho, é necessário que os operários revolucionários ponham de pé organismos dirigentes capazes de orientar e utilizar a energia combativa das massas» (citado em *L-II*, *idem*). A questão está em saber *que tipo* de organização ou de partido melhor se adequa a estas funções; quais as condições indispensáveis para que aquela função possa ser desempenhada sem bloquear a iniciativa e a participação das massas; em que medida essa mesma organização deverá obedecer a um *modelo* único ou ser ela própria função da formação social em que tem de actuar, com coordenadas históricas e culturais específicas. Também este assunto será aqui deixado em aberto, para posterior exame mais fundamentado (ver Cap. III, Conclusões Provisórias).

O segundo período da etapa de consolidação, o período de recuperação, já encontra estabelecidas as «bases jurídicas» do novo sistema económico-social: de facto, no imediato pós-revolução, quer por decisão «programada» do governo revolucionário, quer pelas pressões de uma dialéctica muito rápida